

ATA N.º 7/2019:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2019:

No dia vinte de março de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e catorze minutos, na sala da Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre – Marquesa II (Freguesia de Quinta do Anjo), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e Palmira Maria Santinhos Hortense.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para o período de 14 de março a 3 de abril de 2019, apresentado pelo Sr. Vereador José Calado Gertrudes, foi convocada, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Palmira Maria Santinhos Hortense. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

PONTO 2 – Atualização da verba anual destinada a comparticipar nos custos dos seguros das viaturas de emergência

PONTO 3 – Candidatura RMAA 2018 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Moradores “Quinta da Torre” – Autorização para alteração do objeto do subsídio atribuído

PONTO 4 – Pronúncia da Câmara Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artigo 25º., do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Redenção de Quinta do Anjo

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro às escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares 2018/2019

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito do Programa Municipal de Teatro

PONTO 8 – Preço para venda da publicação “80 Anos de Iluminação Pública Elétrica. Palmela 1938. *Finalmente*, a Luz!”

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da 24.ª Mostra de Vinhos em Fernando Pó

PONTO 10 – Hasta Pública – Homologação da adjudicação do espaço de venda n.º 6 do Mercado Municipal de Palmela

PONTO 11 – Revisão do Anexo I do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Palmela

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa com a explicação de que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início, em seguida o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 5/2019 - reunião ordinária de 20 de fevereiro de 2019.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção das Sras. Vereadoras Mara Rebelo e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo/a Sr./a Diretor do Departamento de Administração e

Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 06.03.2019 e 19.03.2019.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 04.03.2019 e 15.03.2019.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento, à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 06.03.2019 a 19.03.2019, no valor de 1.714.572,99 € (um milhão, setecentos e catorze mil, quinhentos e setenta e dois euros e noventa e nove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 19.03.2019, apresenta um saldo de 10.335.483,22 € (dez milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três euros e vinte e dois cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 9.236.192,40 € (nove milhões, duzentos e trinta e seis mil, cento e noventa e dois euros e quarenta cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.099.290,82 € (um milhão, noventa e nove mil, duzentos e noventa euros e oitenta e dois cêntimos).

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE QUINTA DO ANJO

O **Sr. Presidente** informa que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana da Freguesia de Quinta do Anjo decorre de 18 a 22 de março de 2019 e dá nota do trabalho realizado nestes últimos 3 dias dedicados à freguesia da Quinta do Anjo, que é a 3ª semana das freguesias deste processo

que promovem anualmente. Refere ainda, que durante o 1º semestre, no âmbito da participação, o “Eu Participo” voltará na 2ª semana de abril que é também, um trabalho que extremamente relevante, porque permite a realização de um conjunto muito interessante de reuniões públicas e de carácter interno, para fazer o ponto da situação de algumas obras e outras questões pendentes.

A semana dedicada às freguesias, é também um momento para a apresentação de alguns projetos estratégicos para a freguesia, visita a obras e empresas, potenciando, assim, um contacto mais próximo com os agentes locais e também com a comunidade educativa, como aconteceu ontem, com a realização de uma reunião com duas escolas e associações de pais e movimento associativo. Também nesse sentido, trouxeram a reunião de Câmara à localidade das Quinta das Marquesas II, em horário noturno, para dar prioridade ao período destinado à intervenção do público.

Informa que na segunda-feira tiveram uma reunião interna de coordenação, onde se procurou fazer o ponto de situação de alguns assuntos que estão pendentes e no final do dia, reuniram com a direção do Botafogo Futebol Clube em Cabanas, para analisar em conjunto uma pretensão, a instalação de um relvado sintético que permita melhorar as condições para a prática desportiva e angariar, naturalmente, novos utilizadores, nomeadamente os mais jovens para fazerem ali formação na área desportiva. Cabanas, até por vicissitudes várias, está também desprovida de outro tipo de equipamentos desta natureza e entendem muito justa esta pretensão e, sobretudo, porque, depois de alguns anos de interregno, o Botafogo Futebol Clube voltou a ter atividade, com direções legitimamente eleitas e prestação de contas e, por isso, têm estado a trabalhar em parceria nesta solução, da mesma forma que o município tem feito com outros clubes do concelho, participando com 30% do valor das candidaturas que venham a fazer até ao montante máximo de 50 mil euros. Refere que a Junta de Freguesia também se mostrou disponível para apoiar e tem no seu Plano e Orçamento 5 mil euros por ano, durante 3 anos, para apoiar a realização desta obra e, de facto, o Botafogo atualmente, está com uma nova dinâmica, mas ainda vai necessitar de ter alguns fundos próprios para fazer face à restante verba desse investimento que está estimado em 125 mil euros. Na sequência de reuniões tidas com o Sr. Vereador do pelouro e a Direção do Botafogo Futebol Clube, decidiu-se, para já, candidatar-se a programas nacionais que possam financiar este tipo de infraestruturas, mas precisará de lançar uma campanha de fundos e outros apoios junto de particulares e empresas, para poderem auxiliar neste investimento. Refere que através do programa de Mecenias de Palmela, já identificaram uma empresa que está disponível para se associar ao projeto e da parte do município, na Revisão ao Orçamento em abril, vai ficar definida uma verba, esperando que depois, o Botafogo Futebol Clube faça a sua candidatura a outras instâncias, nomeadamente à Administração Central.

Na terça-feira tiveram uma excelente reunião de trabalho entre o executivo municipal e da freguesia, na qual foram discutidos uma extensa lista de assuntos e todos eles muito pertinentes. Numa 1ª fase, fizeram o ponto de situação dos projetos que estão candidatados a fundos comunitários e que têm implicação direta na freguesia de Quinta do Anjo, nomeadamente o Ciclope 7 que corresponde à ciclovía de Quinta do Anjo, cuja 1ª fase está em construção e já é bem visível e que numa 2ª fase, ligará a saída dos Portais da Arrábida à entrada de Cabanas; o Hub-10 que corresponde às obras junto à Rua dos Fazendeiros no entroncamento com o concelho do Barreiro e que irá ligar a Setúbal e Quinta do Conde. É um projeto intermunicipal, mas a fatia mais pesada cabe ao concelho de Palmela. As obras já decorrem há algum tempo, as obras em Palmela estão a começar entre essa interseção e rotunda da Makro que começa a ganhar forma, mas a grande transformação será uma enorme redonda que vai ser criada nessa interseção. No âmbito do projeto PrArrábida, já têm 3 projetos, nomeadamente, a valorização de sítios arqueológicos, cuja intervenção está concluída e que se trata de um monumento nacional (as denominadas Grutas de Quinta do Anjo) de enorme valia que continua a ser estudado por investigadores e que valorizaram o espaço para visita cultural, patrimonial e turística; espaço de lazer e bem-estar, também concluído, consubstanciando, sobretudo, na intervenção da Serra do Louro e Alcube, mas o grande projeto irá ser apresentado na próxima sexta-feira e chama-se "Janela da Arrábida-Palmela" e situar-se-á no Espaço Fortuna, Artes e Ofícios, como uma grande entrada na Serra para visitantes e turismo.

Relativamente à EB Matos Fortuna, informa que está em fase de conclusão, em que foi ultrapassado o custo inicialmente estimado, em cerca de 800 mil euros, mas estão a fazer um esforço para que depois, a parte nova e a parte requalificada não se diferencie da parte mais antiga e, por isso, vão seguramente ultrapassar os 900 mil euros. Refere que estas obras também se têm arrastado, porque não é fácil ter ali crianças ao lado a brincar e ainda ontem reuniram com a Associação de Pais e com a Direção da Escola, dando nota que os planos estão a ser geridos no dia-a-dia para evitar o máximo de incómodos. A Junta de Freguesia também irá intervir nas salas mais antigas e, portanto, é um investimento substancial, no qual a escola vai ficar completamente requalificada. Em relação à EB de Cabanas, depois do incidente relativo ao abandono da obra e dos concursos terem ficado desertos, finalmente, está adjudicado, aliás, está consignada e a empresa já está a trabalhar no local.

Sobre o mercado da Quinta do Anjo, receberam, na semana passada, uma boa notícia. Em setembro do ano passado tinham anunciado uma candidatura ao Plano de Desenvolvimento Rural 20/20, no âmbito das iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária que têm em vista apoiar a requalificação dos mercados de produtores locais e esta, é uma medida, uma candidatura que abrange os 3 mercados, o de Quinta do Anjo, Palmela e Pinhal Novo. No mercado da Quinta do Anjo, vão priorizar a substituição da cobertura, a pintura exterior e interior, novas divisões nas lojas existentes para definir um plano de ocupação porque há cada

vez mais gente a querer lá instalar-se, sejam associações ou instituições de artistas plásticos, mas tem de ter, de facto, outra requalificação. Portanto, não deixará de ser um mercado na lógica do mercado social, associativo, cultural e criativo, até porque, o mercado continua a funcionar ao sábado com os produtores hortícolas, mas também para quem vende doçaria e bolos secos e, também artesanato. Será um espaço com outra qualificação e com outra oferta, cuja procura, segundo os dados que foram apresentados, tem muito movimento, pelo que esperam que a partir de maio, que é quando estas verbas podem ser incluídas no Orçamento, possam encetar os procedimentos para as tão desejadas obras.

Depois falaram de outras candidaturas que estão em curso e que têm implicação aqui no território, desde as soluções de transporte flexível em território periurbano e outras relacionadas com o combate à exclusão social e ao insucesso escolar, que são outros projetos que estão a decorrer nas escolas.

A Junta de Freguesia colocou outros assuntos de gestão corrente e fizeram, também, o ponto de situação relativamente a algumas matérias, nomeadamente referentes a questões da rede viária, sinalização e trânsito, fiscalização, espaço público, verdes, limpeza e poda de árvores, tendo sido mostrado qual o plano de ação sobre este tema e quando é que pode começar a aparecer nalgumas zonas da freguesia, um trabalho mais consequente nesta área, dado que alguns meios logísticos e humanos são insuficientes e vai ser necessário contratar. Refere que também foram debatidas algumas soluções para melhorar as questões de estacionamento e calçadas; na rede viária deram conta do que está contratualizado e que já está em Plano, designadamente a Estrada da Várzea, uma obra que foi a mais votada no “Eu Participo”, portanto, é um compromisso para 2019; a pavimentação da Rua Manuel Xavier de Carvalho, a Rua Martins Pitorra também já tem verba a definir e que será definida e depois, outras que estão confirmadas em Plano para 2020. Também se discutiu a questão das lombas para a redução de velocidade, sobre as quais se explicou que não é possível colocar em todos os sítios que são solicitados, porque também o Bombeiros dão parecer desfavorável, mas, em contrapartida, querem criar outras soluções de abrandamento de velocidade que passa pelo estreitamento de vias e colocação de bandas cromáticas, aliás, aqui no Bairro da Quinta das Marquesas II, está previsto isso e também alguma sinalização de interdição a pesados nalgumas ruas interiores do bairro.

Refere que também se falou sobre questões, como o bem-estar animal em que, para além das responsabilidades municipais nesta área, a Junta de Freguesia também tem projetos específicos sobre esta matéria. Um outro assunto, que é estratégico para o concelho de Palmela e que até está na ordem do dia, a questão dos passes, em que aproveita para dar nota que relativamente a esta matéria, a partir do momento em que o regime jurídico dos transportes, passou também a permitir às autarquias assumirem a competência das próprias concessões dos Transportes, competências que estão centralizadas na Área Metropolitana de Lisboa. Depois desta iniciativa dos 18 municípios, de assinarem os contratos interadministrativos com Área Metropolitana de

Lisboa que permitem a partir do dia 1 de abril, um novo passe, o navegante municipal no valor de 30 euros e o passe navegante metropolitano no valor de 40 euros e que vai permitir viajar nesses 18 concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, em todos os meios de transporte, desde a Soflusa, Transtejo, CP, Fertagus, TST, enfim, em todos os transportes. Haverá um passe gratuito para as crianças até aos 12 anos, um passe familiar e também, ainda em discussão, um passe para quem tiver mais de 65 anos de idade, enfim, é, de facto, uma medida revolucionária. Mas o próximo passo será o mais importante, ou seja, o concurso público internacional para a concessão de vários lotes na Área Metropolitana de Lisboa para aumentarem a oferta, não só para os circuitos já existentes, mas também para zonas em que ainda não há transportes, porque, por exemplo aqui no Bairro da Quinta das Marquesas II, se quiserem ir até à estação ferroviária da Penalva ou mesmo até ao centro da freguesia de Quinta do Anjo, têm de se deslocar de carro e, por essa razão, o município de Palmela propôs um conjunto de soluções. Portanto, espera que este próximo concurso público internacional, que só dará resultados em janeiro de 2020 tenha alguma oferta, independentemente da empresa que preste o serviço, porque vão operar também com as transportadoras portuguesas já existentes. Refere que sobre esta questão, tanto a oferta como a procura, também terá de se adequar, porque não basta criar novos circuitos se os autocarros andarem vazios. Ainda sobre esta medida, há um esforço monumental dos municípios na participação desta medida, mas considera que deveria ser um serviço essencialmente assegurado pelo Estado Central, porque pode ir buscar dinheiro ao imposto sobre os produtos petrolíferos, tal como foi buscar dinheiro à descarbonização para financiar o sistema de transportes. Contudo, as autarquias assumiram a sua responsabilidade e recorda que está é uma luta muito antiga, o passe social intermodal foi pela 1.ª vez discutido na Assembleia da República em 1997, o município de Palmela, desde 2014 tem insistido na questão da redução das coroas e colocá-las todas num passe social intermodal e atualmente, teve de contribuir para esta solução, tal como os outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa, no caso de Palmela com 1.250.000 € por ano, para que os transportes sejam mais baratos e para que haja mais oferta também.

Retomando o ponto de situação da semana de freguesia de Quinta do Anjo, informa que visitaram o terreno em Baceiros, terreno que foi adquirido pelo município para criar ali uma zona de transportes públicos e estacionamento que já funciona; visitaram o espaço de jogo e recreio da Quinta do Anjo, junto à Casa do Povo, cuja remodelação irá começar no 2º semestre; o espaço de jogo e recreio da Quinta do Sobral na Quinta do Anjo, que esteve fechado, mas já está aberto ao público; no Bairro das Colinas da Arrábida, por causa de algumas questões de estacionamento e arranjo paisagístico para a criação de um espaço de jogo e recreio para uma das pracinhas ali localizadas; voltou-se a falar do jardim de Cabanas, cujo projeto, depois de ter sido aprovado o estudo prévio, já está em elaboração e interna, porém prevê-se intervir em 2 fases, possivelmente numa 1.ª fase o espaço de jogo e recreio e depois numa 2.ª fase, os pavimentos, iluminação e um novo layout que pretendem para aquele espaço, aliás, é também,

um compromisso de mandato. No final da tarde tiveram duas reuniões com a EB Matos fortuna e EB de Cabanas, bem como com as respetivas Associações de Pais. Durante a manhã de hoje, tiveram oportunidade de visitar alguns agentes económicos, nomeadamente uma jovem empresa de metalomecânica, a "Olimec – innvating together" que tem a sua sede na cidade da Maia e que encontrou no concelho de Palmela, na zona de Vila Amélia um local ideal para abrir uma sucursal e a prova disso tem sido o aumento da sua intervenção na área das reparações de metalomecânica pesada, das caixas de recolha dos chassis das viaturas de limpeza urbana dos quais são especialistas.

Posteriormente, visitaram a zona da empreitada do Hub10, o projeto da rotunda, para perceber o que está a ser feito e o que ainda vai ser feito nesta 1ª fase, uma vez que está já em preparação a 2ª fase; visitaram a Rua das Laranjeiras no Bairro Assunção Piedade, que era um compromisso e cuja obra está concluída; no Bairro dos Marinheiros, visitaram a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano para acompanhar a evolução das obras do Centro de Dia, que tem resultado também de um grande esforço por parte da autarquia, mas também vão ser necessários outros apoios, de outras Entidades, para terminar aquela obra; visitaram uma outra empresa em Brejos dos Carreteiros, a "Bio 2" que se transferiu para o concelho de Palmela em 2006 que depois de um período difícil, estão hoje numa fase de crescimento exponencial, é uma empresa especialista na área de produtos para animais, produtos de uso veterinário representantes de diversas marcas e fornecem vários clínicas e lojas de animais, de pecuária e, atualmente, já têm 65 trabalhadores, todos da região de Palmela, atingindo no último 32 milhões de euros de faturação.

Durante esta visita, passaram pela ciclovia, foram à Quinta do Cerrado e terminaram a volta da manhã com outra componente importante do concelho e da freguesia, relacionada com as questões do turismo de natureza, com a visita a um Alojamento Local que, parecendo humilde, porque é apenas um alojamento para 4 pessoas, na reabilitação de uma casa que data de 1850 e que é, de facto, um espaço muito aprazível, aliás, ali passam por ano centenas de turistas nacionais e estrangeiros desde que começou a funcionar.

Refere que amanhã, quinta-feira, vão ser plantadas várias árvores, juntamente com a Junta de Freguesia, porque é o Dia da Árvore e pelas 17h00 está prevista a realização da conferência de imprensa juntamente com a Arcolsa sobre o Festival Queijo, Pão e Vinho. À noite, vão reunir com o Quintajense Futebol Clube, para falarem sobre alguns melhoramentos e algumas obras que pretendem contratualizar com o município.

Na sexta-feira, sob marcação, haverá atendimento descentralizado pela vereação na sede da Junta de Freguesia e, finalmente às 16 horas a apresentação do projeto "Janela da Arrábida" no Espaço Fortuna, para a qual estão todos convidados. Depois, às 16h30 será feita a conferência de imprensa para fazer um balanço da semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público, e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sra. Teresa Bonjardim (1.)

Cumprimenta os presentes. Refere que vem expor um problema, porque possivelmente, um dia poderá acontecer uma desgraça. No sítio onde reside, entram 7 crianças para o transporte escolar e na estrada das Fontainhas, onde antigamente os automobilistas passavam e que agora resolveram passar pela estrada de cima e descer essa rua com muita velocidade, aliás, com o seu neto, já houve um automobilista que lhe levou o chapéu e nem sequer parou a viatura para ver se o seu neto estava bem. Por esse motivo, traz um mapa que quer entregar, para verificar a possibilidade de colocar ali umas lombas e uma passadeira, porque naquela urbanização nova, os carros passam com uma velocidade extrema. A rua é comprida e vai dar à circular Norte da Autoeuropa. Portanto, está a pedir para aquelas 7 crianças que entram ali na última paragem do autocarro escolar.

A Sra. Teresa Bonjardim dirige-se à mesa, continua a falar, contudo não está perto do microfone, pelo que não é possível transcrever para a ata.

Sr. Miguel Martinho (2.)

Cumprimenta os presentes. Refere que a Sra. Teresa Bonjardim tem razão, mas acha que o problema não se resolve com lombas, aliás, considera que é necessário arranjar uma alternativa às lombas e a única alternativa que há, é a Guarda Nacional Republicana. As pessoas que não são civilizadas precisam de se habituar à disciplina e só há uma maneira de as disciplinar, ou seja com a aplicação de multas. Se as pessoas começarem a levar ali, umas multas pesadas, passam a palavrarm e começam a abrandar. Refere que houve uma altura em que teve de andar com muletas porque partiu uma perna e na Quinta do Anjo passava com regularidade em frente ao Quintajense e ali estavam sempre uns senhores que colocavam os carros em cima do passeio e chegou a ligar três vezes para a GNR, numa dessas vezes resolveu entrar no café e esperar, a GNR entrou à procura do proprietário do carro porque havia um senhor que havia feito queixa à GNR pelo telefone. Enfim, considera que aquele agente da GNR deveria ter sido despedido, resolveu ouvir aquilo e não se pronunciar para não arranjar problemas. Portanto, enquanto agirem assim, é evidente que nada vai melhorar. Refere que os condutores só podem

ser disciplinados se houver imposição de disciplina e não é favor das lombas. Têm ali uma rotunda que acha ter sido a 1ª rotunda que se fez na Quinta das Marquesas III e tem a certeza absoluta que se não tivessem lá uma lomba, mesmo não concordando com a colocação de lombas, certamente estragavam a rotunda e aquilo custou-lhe dinheiro e, por isso é que está a lomba lá, está para proteger a rotunda. Refere que muitas vezes vai pela estrada de Cabeços Ruivos e viaja por ali quase todos os dias, tendo reparado que várias pessoas que vão atrás, quando tentam ultrapassar e, já vai em excesso de velocidade porque aquilo ali dá para ir a 60 km hora, e quando isso acontece vai ainda mais devagar, sendo que quando passam por ele, já perto da rotunda, passam, protestam e chamam-lhe nomes. As pessoas para se civilizar só com multas, não acredita que haja outra maneira para o fazer.

Portanto, refere que o pedido que a Sra. Teresa fez é quase impossível de concretizar, isto em relação às lombas, mas as passadeiras, isso sim, vão tratar com a maior brevidade.

O **Sr. Presidente** refere que é importante fazer ali um estudo sobre aquelas retas, para perceber qual a melhor sinalização a colocar, bem como conjugar com uma maior fiscalização por parte das autoridades.

Sr. Leandro de Almeida, Presidente da Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre – Marquesa II (3.)

Cumprimenta os presentes. Refere que há cerca de 20 anos começou a participar nas reuniões da Câmara Municipal de Palmela, sobretudo, aquelas mais concorridas em Cabanas e Palmela e sente-se à vontade. Em primeiro lugar, em nome da direção da Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre – Marquesa II, manifesta agradecimento pelo facto da autarquia se ter lembrado da Quinta das Marquesas II -1.ª fase, porque ao longo dos anos trabalharam na construção desta Sede Social, com a finalidade de poder vir a ser aquilo que é hoje e é a 2ª vez que têm o prazer, já tiveram também aqui o aniversário da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, mais do que uma Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo e, portanto, é com essas atividades que se sentem orgulhosos pelo que têm feito até hoje. Refere ainda que querem fazer mais, neste momento, estão a trabalhar no processo para o aumento de potência porque a EDP exigia um certificado para poderem obter esse aumento de potência e simultaneamente, também com o apoio que a Câmara Municipal tem dado, desde há 2 anos, poderem vir a eletrificar o Polidesportivo para que no Verão possam ali fazer atividades noturnas.

Refere que em boa hora, foi reativado em 2015, o Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo, apoio esse que desde 2015 têm recebido, quer para as atividades, quer para pequenas obras de conservação que têm sido feitas, também para equipamentos e salienta que os espelhos que foram solicitados para a zumba, já estão colocados aqui nesta

sede, os cortinados, o computador que têm na secretaria, tudo com o apoio da Câmara Municipal e por isso mesmo, não é demais lembrar que esta Associação com mais de 30 anos de existência, teve o seu processo de legalização de um loteamento clandestino e depois disso dedicou-se esta obra que, como o Sr. Presidente a inaugurou em 2014, as dificuldades foram muitas, as dívidas eram muitas, mas, finalmente em 2018, liquidaram tudo o que podiam e, felizmente, podem dizer que têm feito investimento. Este ano está previsto no plano de atividades e orçamento, investir mais de 5 mil euros, porque têm uma direção que vai no 2º ano de mandato, porque são eleitos de 2 em 2 anos, e espera que estes colegas desta direção se apercebam que a vida de uma associação, com 9 atividades, ideias que datam de há 40 e muitos anos dedicados ao movimento associativo e aquelas telas que foram ali colocadas, com as atividades que têm desenvolvido, já trouxeram muitas mais crianças para a escola de música e para o karaté e esperam continuar a evoluir e a trazer cada vez mais, por isso, deslocaram hoje, a aula de yoga com o acordo com a professora, a aula de música para adultos que já conta com 11 pessoas e que esperam conseguir apresentar nas comemorações do 25 de abril, que foi um investimento superior a 1.400 € em equipamento musical que está ao serviço do professor e dos alunos e, através destas atividades e ideias, querem reforçar, com o apoio da Câmara e da Junta de Freguesia. Refere que foi entregue atempadamente uma candidatura, em janeiro, e agora, tal como Sr. Presidente referiu na intervenção anterior, confirma que ainda ontem aqui estiveram, e reafirma aqui, que desde a vereação, a presidência, os técnicos, desde há 30 anos, sempre tiveram uma porta aberta e por isso, quando, por vezes, colegas de outras instituições dizem que é difícil trabalhar, reafirma publicamente que nunca lhe foi negado o contacto, por parte de qualquer dos eleitos da Câmara Municipal de Palmela, aliás não estando presente, mas realça que a Dra. Pilar Rodriguez foi uma das pessoas que quando estava no GAFOL, sempre o atendeu. Refere esta situação porque uma vez, numa reunião na Biblioteca uma pessoa lhe referia que não percebia quando dizia que era sempre atendido e que tinha a porta aberta para tratar dos assuntos. Portanto, certamente que a Sra. Vereadora do Urbanismo sabe que, neste momento, o loteamento com 233 lotes está sensivelmente a 50% de construção dos moradores que cá residem e em execução, a construção de mais 6 moradias e estão mais 3 projetos entregues para mais 3 moradias. Isto teve uma fase em que parou, a banca cortou os créditos da construção e, ultimamente, a situação melhorou, porque há aqui transações de lotes, venda de lotes e construções que estão a ser efetuadas.

Para terminar, tal como o Sr. Presidente disse e que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia pode confirmar, refere que foi feita em setembro/outubro, a limpeza, que nunca tinha sido feita, desde a circular da rotunda das Oliveiras em que a Junta de Freguesia fez uma limpeza de fundo, nas bermas das estradas que antigamente, era feita pelos cantoneiros e foi feito este ano pela Junta de Freguesia, também nos espaços verdes, sobre os quais falou várias vezes com a Dra. Luisa Lousa, a limpeza dos espaços verdes que foi feita também uma intervenção nos meses de setembro e outubro. Aproveita para pedir, porque a varredura está a ser

novamente descuidada e no dia 27 de fevereiro falou com o motorista da varredora mecânica que lhe referiu que tinham sido enviados do Pinhal Novo, porque aquela não é a que habitualmente costumava vir a esta zona, portanto, desde dezembro, que tiveram sem varredura. Recorda de ter falado sobre este assunto com o Sr. Vereador Pedro Taleço e que o Sr. Presidente referiu que era preferível, virem mais vezes, de 15 em 15 dias, mas o que é certo e que está outra vez a passar 2 meses sem cá vir. Refere que o reforço dos contentores foi feito, mas falta ainda fazer as gares e falta também a questão da iluminação que está prevista, mas os moradores queixam-se, porque esta iluminação tem 28 anos, foi inaugurada em 1991 e, portanto, agradecem, até porque está previsto, substituição em vários locais e que a Quinta das Marquesas venha a ser contemplada com essa bem feitoria.

Sra. Adília Candeias (4.)

Cumprimenta os presentes. Refere que é com alegria que vê o executivo municipal nesta ponta do concelho e nesta localidade onde reside e também é com alegria que pessoalmente observa deste lado, que o executivo municipal continua em grande forma, que as obras não param e os projetos continuam a arrancar com grande força. Contudo, apesar de considerar que o executivo está em grande forma, não está tudo feito, falta ainda muitas coisas, e aborda 2 ou 3 questões que lhe parecem importantes, algumas o Sr. Presidente já falou, mas considera interessante colocar uma vez mais. A questão do passe intermodal, que foi uma conquista muito interessante, principalmente para esta região, pois os filhos e agora os netos, podem ir estudar para a universidade em Lisboa, uma realidade que há um tempo atrás, era muito difícil, atualmente os transportes já são mais acessíveis, ainda assim, para chegarem às estações ferroviárias continua a ser muito difícil e esta questão que o Sr. Presidente colocou, de poder haver outro tipo de transporte que faça a ligação às estações de comboio e outras zonas do concelho, será muito importante, porque sempre foram aqui uma área desfavorecida, em termos de acessos aos transportes.

Uma outra questão que pode até parecer pretensiosa, mas gostava de colocar aqui, porque considera que há uma grande necessidade em cobrir o Polidesportivo do Bairro dos Marinheiros, porque as pessoas da periferia do concelho também precisam de ter atividades e oferta, mas o problema maior é que, havendo ali ginástica acrobática com muito sucesso há vários anos, o pé direito da coletividade já não permite fazer certas coreografias e daí a importância da cobertura daquele polidesportivo, também para o desenvolvimento destas várias gerações que têm passado por ali e que têm tido grande sucesso, sobretudo, na área da acrobacia. Portanto, havendo atualmente a possibilidade de tantas candidaturas, desafia a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, para a possibilidade de poderem apoiar nesta matéria, que naturalmente, a coletividade participará se tal for possível.

Uma outra questão, prende-se com uma zona de acesso ao Bairro Alentejano e Bairro dos Marinheiros, que é Rua dos 3 concelhos, que está a ser intervencionada há muitos meses por parte de umas obras do concelho do Barreiro e teme que aquela rua possa ficar esquecida, dado que foi a Câmara Municipal de Palmela que, há uns anos, pavimentou aquela rua que tem servido agora para o desvio do trânsito pesado e não estando preparada para isso, para além das obras que fizeram, existem agora muitos buracos, está muito deteriorada e com muita necessidade de ser reparada, portanto, chama a atenção para a possibilidade da Câmara Municipal de Palmela se entender com a Câmara Municipal do Barreiro, no sentido de resolver aquele problema. Uma última questão que é muito falada na zona onde reside, que é a questão das obras das águas que estão a ser substituídas e já agora, uma vez mais, reconhecer o valor dessas obras porque haviam muitas ruturas, mas é uma obra que está a arrastar-se muito no tempo, apenas se vê ali uma ou duas pessoas a trabalhar, pelo que considera que não são pessoas suficientes para a realização dessas obras.

Sr. Francisco Colaço, Elemento da Direção da Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre – Marquesa II (5.)

Cumprimenta os presentes. Refere que trás algumas questões relacionadas com o facto de ser residente e como elemento da direção da Direção da Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre – Marquesa II. Congratula-se com o facto, da Câmara Municipal ter decidido utilizar estas instalações para fazer a reunião Câmara e estará sempre disponível para receber estas iniciativas. Em relação à questão do fornecimento de água do Bairro dos Marinheiros, e aquela obra que foi aqui mencionada, parece nunca mais ter um fim. De facto, quando começou, decorreu inicialmente muito bem, rápido, fizeram intervenções em vários cruzamentos para substituir as válvulas e a determinada altura, estiveram 2 ou 3 semanas paradas, inclusivamente com algumas valas abertas e válvulas à vista. Refere que só apareceram na segunda-feira e, se calhar, ficaram a saber que ia haver aqui uma reunião de Câmara, não sabe se foi esse o motivo, mas se o motivo foi esse, ainda bem que fizeram aqui uma reunião da Câmara. Fica contente com esta obra, mas questiona se estão a substituir as válvulas seccionadoras, como fica a questão da conduta na Rua do Povo, onde se registam a maior parte das roturas. A empresa disse que não tinha adjudicação para fazer aquele ramal que lhe parece também ser muito importante.

Relativamente ao Bairro Alentejano, ao Bairro dos Marinheiros e Bairro Assunção Piedade e Quinta das Marquesas, refere que continua a faltar sinalização para quem se desloca para estas zonas, existem umas placas na rotunda do Bairro Alentejano e Bairro dos Marinheiros, em direção a Palmela e é preciso ir até à estação ferroviária para encontrar outras placas a informar qual é a direção destes dois bairros que enunciou. Se existem tantas ruas de acesso a estes bairros, porque é que as pessoas que não conhecem têm de se dirigir até à estação para

entrar nos bairros? Dá como exemplo, junto àquele cruzamento que dá acesso aos empregados da Autoeuropa, há uma saída à esquerda que, em tempos foi considerada a rua principal, que tem uma série de placas de direção, desde da farmácia e quando foi ali colocada a sinalização, os serviços camarários até tiveram a gentileza de não dar prioridade a essa via, colocaram um stop em todos os cruzamentos que essa rua tem, enquanto considera que deveria ser considerado como um itinerário principal quando se entra na Rua 25 de Abril até à Barra Cheia, mas em sentido contrário, até à Rua Fernando Pessoa, aquela via deixa de ser uma via principal. Em contrapartida, nas ruas paralelas à circular Norte da Autoeuropa, priorizam o sentido paralelo à circular Norte, ou seja, os empregados da Autoeuropa, quando se apercebem que a circular Norte está cheia, utilizam estas ruas paralelas e sem sinalização de stop ali, circulam com grande velocidade. Portanto se forem por ali abaixo, onde está a indicação da farmácia, na Rua David Mourão Ferreira, seria seguindo a Rua Fernando Pessoa e a seguir a Rua 25 de Abril, e esse é que deveria ser a via principal. Ainda no cruzamento da Rua David Mourão Ferreira com a Rua 25 de Abril, está ali uma curva demasiado apertada, tendo um camião derrubado o muro ali naquela curva, e alerta que é muito difícil circular ali. Para além disso existe ali um poste dos telefones que ainda dificulta mais a circulação, que se fosse deslocado uns 3 metros, provavelmente, seria mais fácil circular naquela curva, pelo menos para os camiões e os autocarros.

Relativamente ao Bairro Assunção Piedade, existem 4 ruas que não estão pavimentadas, a Rua dos Maios, a Rua da Esperança, a Rua 22 de Maio e parte da Rua José Saramago. Para além destas, também a Rua dos Eucaliptos e parte da Rua da Primavera, que também não estão pavimentadas e certamente, se a autarquia tiver atenção a isso, poderá alguma vez encontrar uma solução porque ia resolver estes pequenos problemas que as pessoas se andam a queixar e falam com a Associação de Moradores a perguntar quando é que a Associação ajuda a resolver este problema.

Existem, também alguns problemas no piso da circular Norte, nomeadamente, numa zona mais baixa que, quando os camiões passam, principalmente à noite e com mais velocidade do que seria normal, faz um barulho enorme e as pessoas das ruas vizinhas queixam-se que não conseguem dormir.

Relativamente à rotunda das Oliveiras, na altura em que foi construída, semearam algumas Oliveiras e neste momento só existem cerca de metade daquelas que foram plantadas, porque no verão não são regadas e acabam por morrer. Não sabe a quem compete essa responsabilidade, mas acredita que se tivessem sido regadas, provavelmente teriam sobrevivido, portanto, gostaria de saber a quem essa responsabilidade.

Um outro assunto, relacionado com a agenda cultural Catavento, que é uma agenda imprescindível para os habitantes do concelho. Se fosse possível, gostaria de ser esclarecido quais são os critérios editoriais para se poder anunciar quando têm algum evento aqui na

coletividade, como por exemplo o aniversário da Associação de Moradores com do Grupo Coral de Cantares Moda Alentejo ou mesmo quando têm um encontro de grupos de Cante Alentejano, porque no ano passado, nas 2 tentativas que fez, ambas falharam. Por isso questiona quais são os critérios editoriais, porque essas pessoas responsáveis, nem sequer tiveram a amabilidade de retomar os contactos para melhor esclarecer esse assunto. Por fim, recorda que o Grupo Coral Cantares Moda Alentejo anda já há alguns anos a pensar em editar um CD e isso tem sido incluído no pedido de apoio associativo deste ano e já foi enviado para a câmara, para que seja possível uma ajuda para esse fim e como tal fica aqui a pergunta se podem ou não contar com essa ajuda por parte da autarquia.

Sr. Florentino (6.)

Cumprimenta os presentes. Questiona para quando está prevista a colocação de placas toponímicas e a atribuição de números de polícia, porque faz falta já há muito tempo, porque são maioritariamente idosos e quando precisam de um serviço de ambulância, é difícil identificar a localização das residências. Questiona também para quando está prevista a pavimentação da avenida e das outras duas ruas, porque não se consegue transitar lá nem de inverno, nem no verão. Refere que já escreveu uma carta ao Sr. Presidente a explicar aquilo que faz falta, especialmente sobre aquelas estradas, porque se tornam muito perigosas. Passam ali naquela zona com grande velocidade e com ou sem lombas, o que fazia lá falta era a presença da GNR.

Aproveita e pede para que o informem qual é a data da próxima reunião do "Eu Participo", porque não quer falhar.

Sr. José Brita (7.)

Cumprimenta os presentes e felicita pela visita ao Bairro onde reside há uma dezena de anos porque isso também contribuía para que os moradores que aqui estão que raramente participam em assembleias e assim, têm esta oportunidade de expor os seus problemas, porque eles existem e a Câmara tem resolvido muitos desses problemas. Quem viu este bairro e quem o vê agora, não tem nada a ver com o que era há 30 anos, e isso deve-se ao trabalho das autarquias e do trabalho dos eleitos. Aproveita para agradecer também a visita que fizeram à ARPIBA, instituição da qual é elemento e que está aqui a representar, porque contribuiu para chamara a atenção para a instituição que é e aproveita para divulgar aqui na reunião que a ARPIBA é uma Associação de Reformados e que tem atualmente, em fase de construção o Centro de Dia e Apoio Domiciliário para esta região, pois não existe mais nenhum apoio aos idosos aqui. Por isso mesmo, constituíram esta associação e com o apoio da Câmara Municipal de Palmela, que contribuiu até este momento com 114 mil euros e estão empatados já na obra

175 mil euros. A 1.ª fase da construção está concluída, ou seja, até à cobertura, e agora estão na fase de orçamentação da 2ª fase, mas tal como foi dito na visita, neste momento a associação não tem verba para concluir a obra, refere que da parte da Segurança Social até à data, não receberam um único cêntimo, apesar de esta associação ter uma responsabilidade social. Refere que têm feito diversas reuniões com a Sra. Diretora da Segurança Social de Setúbal, com o Ministério das Infraestruturas e com o Ministério da Segurança Social, mas não há nenhuns fundos de apoio para esta estrutura de apoio aos idosos. Por essa razão questiona a autarquia e uma vez que a verba que a associação tinha, foi toda aplicada na construção da 1.ª fase, e agora têm de arranjar verba para a 2ª fase e, têm realizado iniciativas, excursões, almoços, que ajuda, mas cujas receitas são insignificantes para as necessidades totais, pelo que pergunta se há perspetiva de poderem vir a ser abertas candidaturas a fundos comunitários, e se for o caso, a autarquia possa alertar a instituição para poderem avançar com essa candidatura para finalizarem a construção deste Centro de Dia e de Apoio Domiciliário. Sendo que a maior parte da verba foi a Câmara Municipal de Palmela que atribuiu, e tem sido um objetivo da Câmara ajudar nesta construção e também é um objetivos dos munícipes aqui desta região, porque este tipo de equipamento faz, realmente, muita falta, porque as pessoas daqui, não têm mais nenhuma possibilidade de serem socorridas e apoiadas em termos sociais e essa é a maior preocupação da instituição.

Sr. Joaquim Maria (8.)

Cumprimenta os presentes. Refere que também nunca teve a porta fechada, sempre que precisou de falar com alguém da Câmara sempre teve a porta aberta. Portanto, das questões que apresenta, refere que há um lote que existe na Rua da Quinta está cheio de silvas, está hipotecado à Câmara, aliás existem ali 4 ou 5 lotes que estão hipotecados à Câmara, porque não pagaram a augi e não podem fazer ali nada sem pagar as infraestruturas à Câmara. Este lote é o n.º 49 da Rua da Quinta, está cheio de silvas e já no ano passado alertou a autarquia para este problema, depois, nessa altura a Proteção Civil foi lá limpar, mas não pode ir limpar aquele lote porque tem um muro e ao que parece não podem entrar porque não têm autorização, mas aquele lote pertence à câmara porque quando o proprietário não pagou as infraestruturas a Câmara tomou posse administrativa. Por isso alerta para a necessidade de limparem aquilo.

Depois, foi asfaltada a Rua Zeca Afonso, apesar de a rua terminar ali, o loteamento vai até mais longe e recorda que no ano passado havia sido dito que havia um problema com 4 ou 5 lotes que estão lá mais acima, e por isso questiona em que condições está essa situação porque assim não se consegue acabar o resto daquele esgoto e está a dar prejuízo a toda aquela parte do saneamento e são cerca de 100 metros que falta ali fazer. Aqueles lotes pagaram as infraestruturas e merecem ter ali as obras acabadas, sendo que os esgotos estão demasiado

fundos, mas isso depois é um problema de cada um desses proprietários que terá de arranjar uma solução. Portanto, considera que a estrada deveria ser acabada até ao fim e levar ali uns lancis e passeios. E por falar em passeios, nessa mesma estrada estava no final do passeio um sinal de proibição de virar à direita, mas os senhores da Penalva, que tinham ali o saneamento tapado e quando começaram a obra arrancaram um bocado dessa calçada nova e esse sinal, levaram-no e só devolveram o tubo, o sinal nunca mais apareceu e quem vem na estrada não sabe se pode ou não virar à direita.

Pergunta qual foi o estudo de sinalização que fizeram na Rua Zeca Afonso, porque já teve vários sentidos, agora desde que foi asfaltada, quem desce a rua, ao meio da rua tem de virar para a Rua da Quinta, quem sobe, também chega ao meio da rua também tem de virar para a Rua da Quinta e acha que isso não faz sentido nenhum, porque é que não fica só com um sentido. Depois, também andaram lá a marcar o estacionamento e não permitem que as pessoas parem ou estacionem à porta de suas casas? Acha que isso também não faz nenhum sentido e que aquela rua deveria ter uma alteração do sentido do trânsito.

Refere que pouco antes de vir para a reunião, teve uma notícia sobre o parque infantil que está ali agregado à escola e que estavam com ideias de abrir aquilo ao público. Portanto, não é nenhum racista, mas se abrirem aquilo ao público, com a comunidade que apareceu agora ali aquele espaço no fim de um mês desaparece tudo. Se abrirem aquilo ao público quem é que depois faz a segurança daquilo? Refere que têm sofrido muito com aquela comunidade, têm arruinado aquilo tudo, porque as autoridades, naquela altura foram lá multar os carros todos, mas agora que aquilo está com os passeios cheios de lixo, fazem dali churrasqueiras no meio da rua e agora já não passam por ali a multar? Aliás, pergunta se a Câmara Municipal não tem autoridade para chegar lá e limpar aquilo tudo. Refere que já viu o carro da patrulha da GNR passar ali, estava lá aquela comunidade junto à coletividade, com meio bidon no meio da rua, com cadeiras espalhadas a fazer um churrasco e a GNR nem parou, passou por cima do passeio e foi-se embora. Deveria de haver da parte da autarquia, da junta e da GNR uma intervenção, porque quem não mora ali, não faz ideia do que se está a passar.

Sr. Rui Fernando Marnoto Rocha (9.)

Cumprimenta os presentes. Refere que nasceu em Aveiro, cresceu e foi criado em Cabanas, depois estabeleceu-se no Barreiro onde tinha uma empresa e agora, veio novamente para aqui, tem uma quinta. Sobre o seu nome, que muita gente pensa que é estrangeiro, esclarece que a origem de Marnoto vem dos moliceiros, era o homem que andava com o pau em cima do moliceiro a conduzir o barco. Refere que adquiriu uma quinta na zona dos 4 castelos, ao lado da gasolinheira, onde reside há 22 anos. Refere que chegou a dar conhecimento ao Sr. Presidente por causa de uma antena de telecomunicações e há poucos dias deparou-se que estavam a montar essa antena, tem uma distância da obra que estão a fazer em relação ao

muro da sua quinta de 90 cm e a distância do muro até à casa onde reside é de 22 metros, portanto, entra dentro de casa e a intenção era montar uma antena de telecomunicações daquelas grandes e se ali são quintas de 5 mil metros, não se justifica ir ali montar, mas como pensaram que era estrangeiro, daí ter referido que era Marnoto, mas que era português. Enfim, tratou de dar conhecimento logo de início e agradece a atenção que foi dada, mas o problema é que a intenção era mesmo montar aquilo porque, até ao momento e depois de terem embargado aquilo, estiveram lá os fiscais e de terem sido enviados e-mails para parar aquela obra, mas verificou-se que a intenção era mesmo montar aquilo. Portanto, depois de aquilo estar montado, desmontar é impossível e para conseguir parar aquilo foi muito difícil e depois no final, se lhe derem essa possibilidade, gostaria de dar uma palavra para alertar sobre estas questões. Aquela antena pertence à NOS e eles dizem que aquilo não faz mal a ninguém, mas o que é certo, é que eles montam, alguém está a ganhar com aquilo e deu também conhecimento ao presidente da Junta de Freguesia, aliás, aquilo pode até nem fazer mal, mas ninguém gosta de ter aquilo à porta de casa, tendo chegado a perguntar ao dono do terreno se ele gostava de ter uma coisa daquelas à porta e que lhe referiu que não, não gostava. Enfim, se não gostava, por que razão fez isso na porta dos outros? Portanto, vem aqui agradecer a atenção que a autarquia lhe deu e alerta as pessoas que este tipo de situações tem de ser falada.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Municípes, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Em resposta à Sra. Teresa Bonjardim (1.) e à intervenção do Sr. Miguel Martinho (2.), o **Sr. Presidente** refere que a sinalização horizontal ainda não está toda concluída e irão procurar ver outras soluções que ajudem no abrandamento da velocidade naquela rua.

_ Em resposta ao Sr. Leandro de Almeida (3.), o **Sr. Presidente** refere que das questões que colocou, para além daquelas que já falaram e que estão programadas executar, esclarece que a varredoura mecânica está contratualizada para vir ao bairro 2 vezes por mês, na primeira e na última semana de cada mês, portanto, é esta a programação. Não veio na 1ª semana de fevereiro porque coincidiu com o dia de Carnaval, mas, como o Sr. Leandro disse, veio a 27 de fevereiro e depois tem a confirmação que esteve cá na 1ª semana de março e virá no dia 26 de março, portanto, se houver alguma inconformidade, faça chegar essa informação à Câmara Municipal.

Sobre a iluminação pública esclarece que têm sido intervencionados alguns arruamentos com iluminação led, mas é um processo no qual a autarquia não tem conseguido intervir, para definir os locais, aliás, a ultima proposta desta reunião de Câmara está relacionada com a

aprovação de um anexo ao contrato de concessão com a EDP, para a autarquia poder ajuizar melhor estas questões, porque a EDP tem colocado a iluminação um pouco sem critérios, ou seja, para a EDP, o critério tem sido substituir a iluminação mais antiga, aquelas de lâmpadas mercúrio, aquelas de luz branca, mas também, por vezes, vão para um arruamento em função dos consumos de um determinado PT e, esclarece que também não gosta de ver na mesma rua iluminação metade em branco e outra metade em amarelo. Portanto, com a aprovação deste anexo, acredita que vai acelerar esta substituição e também é verdade que a EDP substitui as lâmpadas de acordo com o tempo útil de vida das luminárias. Mas se for o caso de haver alguma falta de iluminação nalgumas zonas de postes que não tenham luminária, aí faça chegar o reporte do local e os serviços municipais irão ver e solicitar à EDP.

_ Em resposta à Sra. Adília Candeias (4.), o **Sr. Presidente** refere que sobre a questão dos transportes, de facto, para além daquilo que são as expectativas positivas que venham a ter em 2020, de mais oferta aqui nos Bairros, esclarece que o município fez um desafio à TST que ainda tem a concessão até 2020, para que faça uma experiência muito simples, ou seja, atualmente, têm um circuito de transporte escolar entre o Bairro Alentejano e Palmela e considera que seria muito simples se esse circuito passasse a ser um circuito público, podendo funcionar permanentemente, mesmo quando não há aulas, naqueles horários permitindo que outros passageiros pudessem utilizar o transporte. Os TST não recusaram esta ideia, mas o problema tem sido a AML aceitar isto antes da concessão, porque qualquer mexida é complexa do ponto de vista legal. Entretanto, os TSB - Transportes Coletivos do Barreiro que no futuro vão ter de se chamar Carris Metropolitana, também estão a trabalhar numa solução idêntica. Portanto, se a empresa TST quiser começar a partir do próximo mês, aliás, esta questão já tem alguns meses, mas isso só pode funcionar até a concessão começar, porque, quando começar a nova concessão, obviamente todas as licenças vão abaixo e os operadores que ganharem é que vão passar a fazer essa carreira. Desde que esta questão foi delegada à AML, ficou mais difícil fazer o enquadramento jurídico desta transição.

Regista também, o ensejo da Sociedade do Bairro Alentejano e da comunidade em geral, em querer ter um polidesportivo coberto, mas, infelizmente, o programa que permitiu a candidatura para a cobertura do polidesportivo do Poceirão, não é aplicável a esta freguesia. Tratou-se de um Plano de Ação de Intervenção para as comunidades desfavorecidas, mas está recenseado no Plano Municipal, uma intervenção no polidesportivo, nos balneários. De facto, a Sociedade tem dado um contributo importantíssimo como equipamento ao serviço da comunidade e tem fomentado a ginástica e, no futuro, irá haver ali uma outra infraestrutura.

Em relação à questão da Rua dos 3 Concelhos, também tem causado alguma preocupação com aquela intervenção e têm colaborado com a Câmara Municipal do Barreiro, tal como eles têm colaborado com a Câmara Municipal de Palmela, no passado e no presente, mas, de facto, não

têm avisado o concelho de Palmela para poderem dar acompanhamento da fiscalização, aliás, esse assunto ainda hoje foi falado e vão ter de fazer uma reunião no local para ver o que é que foi desmontado, o que não foi montado, as mexidas que foram ali feitas, mas espera que no final tudo fique bem. Apesar de essa rua servir os dois concelhos, foi um investimento todo feito pela Câmara Municipal de Palmela e nesta questão de algumas ligações entre municípios, têm estado a colaborar em conjunto.

Em relação à obra das águas e colocação dos nós, o município já tinha rececionado uma queixa e, de facto, tem conhecimento que a empresa tem tido algumas dificuldades em levar o trabalho com a continuidade desejada, ainda assim, neste tipo de obras nem sempre se consegue perceber como é que a obra se inicia, mas dá nota que ainda hoje essa questão foi abordada e vão pressionar para que retomem o ritmo normal das obras.

_ Em resposta ao Sr. Francisco Colaço (5.), o **Sr. Presidente** refere que a conduta na Rua do Povo e a obra nos nós, vai servir para melhorar as questões de pressão e também dos problemas relacionados com a elevada pressão noutras tubagens, pois essa é a função das válvulas. Refere que a intervenção que está a decorrer é na Rua da Esperança, porque foi a rua que registou um maior número de ruturas e essa vai levar condutas novas.

O Sr. Francisco Colaço apresentou uma série de questões referente à sinalização, que não vai discutir isso agora em pormenor, porque se é verdade que todos têm uma opinião, também é verdade que o Sr. Francisco tem razão, atualmente estas situações parecem um pouco despropositadas e está, também relacionado com a forma de como a localidade foi crescendo e se foi consolidando. O primeiro plano de sinalização aprovado foi o da Quinta das Marquesas II, os sinais que lá estão, de entradas, de saídas, os stop, estão colocados com base no projeto de loteamento que foi aprovado na altura de acordo com um conceito, que depois deu origem a uma outra urbanização, de seguida, fica uma rua por fazer, a Rua Fernando Pessoa, enfim, o itinerário principal é aquele que permite circular mais a direito, mas, para quem vem de fora, poderá fazer sentido a sinalética principal do Bairro Alentejano não ser aquela que era, porque essa sempre foi a ligação mais direta. Contudo isso não significa que faça sentido a cada possibilidade de acesso, colocarem ainda mais sinais, porque poderá confundir as pessoas. A autarquia vai estudar, porque sempre foi uma situação complexa, que apesar de ter sido levada a bom termo com os coproprietários, ainda fica muita coisa por fazer, porque não querem fazer nada por impulso só porque agora estão a pedir para fazer e depois amanhã, mudarem de opinião. Enfim, está em estudo, as vias estão infraestruturadas, está tudo ligado, pelo que agora vão ter de estudar, pelo menos 2 entradas, uma de quem entra a nascente e outra de quem entra a poente. Portanto, essa questão dos itinerários, por vezes pode levar a mexidas de sentidos de trânsito, alterações de sinalização, mas vão procurar resolver a situação de forma

integrada. Da mesma forma na questão da curva na Rua David Mourão Ferreira, naturalmente, que aqueles arruamentos não têm os raios de curvatura de um loteamento que começou a ser feito num deserto, foram-se fazendo coisas antes das infraestruturas e, enfim, hoje ninguém põe postes desses em novos loteamentos, mas isso são resquícios de situações antigas e que vão sendo melhoradas aos poucos.

Sobre as ruas que ainda falta pavimentar, refere que coincidentemente, estiveram a debater a questão da Rua 22 de Maio, até por causa de umas ligações de acesso a veículos pesados, mas esclarece que ainda há muito por fazer no concelho de Palmela, que é um dos concelhos que mais rede viária municipal tem no país. Portanto, é mais complicado infraestruturar tudo e pavimentar tudo e, estes pedacinhos de ruas faz algum sentido arranjar porque estão já em zonas de perímetros urbanos.

Reafirma que vale a pena aparecer no "Eu Participo", sobretudo para perceber quais são as prioridades, e este tipo de questões, eventualmente, vão ser resolvidas, mas não pode garantir uma data, porque neste momento, não está no Plano, mas estão a estudar estas situações, por isso é importante as pessoas participarem e apresentarem propostas, porque depois são votadas e são feitas mais rapidamente.

Relativamente ao piso da circular Norte, refere que até a circular Sul apresenta patologias muito mais graves e, possivelmente, na próxima reunião de Câmara, se calhar, até vão apresentar uma tomada de posição sobre esta questão dos investimentos estratégicos, porque das inúmeras reuniões que têm sido feitas com os Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, com o Conselho de Administração da Autoeuropa, enfim, o município de Palmela propôs para o Plano Nacional de Investimentos 20/30, a requalificação destas 2 circulares, porque antigamente circulavam 50 a 60 camiões de abastecimento e agora, chegam a passar cerca de 600, que é sinal de que a Autoeuropa está a laborar bem, o parque de fornecedores também, em turnos de 24 horas, mas se esta zona contribui assim tanto para o PIB, está a contribuir pouco para o concelho. Considera que tem de haver aqui um investimento, considerado estratégico e, por isso, têm de discutir este assunto e o objetivo, sem prejuízo de algumas reparações que cabe à Câmara Municipal fazer, é mais urgente a situação na circular Sul, porque há abatimentos muito graves que podem provocar acidentes. Portanto, o projeto está feito e é um investimento de milhões, pelo que estão a procurar uma solução de contratualização com o Estado Português no âmbito do Plano Nacional de Investimentos 20/30.

Em relação à rotunda das Oliveiras e das Oliveiras, inicialmente, era a Autoeuropa que fazia aquela rega, mas, de facto, acaba por sobrar tudo para a autarquia e, infelizmente está situada numa zona onde acontece com alguma frequência acidentes e despistes, mas agradece o alerta e vão procurar limpar aquelas ervas e ver se ainda é possível salvar algumas Oliveiras que não estejam danificadas.

Quanto à questão da agenda Catavento, refere que acha estranhíssimo que alguém respondesse dessa forma, os critérios editoriais. Contudo, alerta para verificar que no final de cada livro do catavento está o endereço para onde devem enviar as informações e depois, a associação que tem atividade cultural, pode contactar a Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, mas tem de respeitar e cumprir os prazos, fecha sempre muito cedo para poderem trabalhar toda a informação que é recebida, mas deverá pedir um esclarecimento à Divisão de Cultura, Desporto e Juventude sobre quais são os prazos definidos para a apresentação de informação. Apesar da Associação de Moradores ter como interlocutor direto o Gabinete de Participação e Cidadania, estes assuntos devem ser esclarecidos e remetidos para a Divisão de Cultura, Desporto e Juventude e não é por questões de critérios editoriais. Refere que mesmo que este mês esteja dedicado ao Teatro, porque estão no mês do Teatro, a restante informação não fica de fora, aliás, é sempre um prazer ter oferta cultural, com gente do concelho e de todos os pontos do concelho e querem que as pessoas saibam e usufruam desse trabalho magnífico que fazem.

Relativamente ao apoio para o Grupo Coral Moda Alentejo, ele é feito e atribuído no âmbito da candidatura ao Regulamento de Apoio ao Associativismo, no qual estão estabelecidos critérios de avaliação, daquilo que é considerado prioritário, útil, se tem ou não impacto social, enfim, é uma verba atribuída na globalidade e depois caberá à direção da associação decidir aplicar essa verba que depois é atribuída.

_ Em resposta ao Sr. Florentino (6.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente à toponímia e atribuição de números de polícia, são questões que vão sempre à reunião da Comissão de Toponímia que irá realizar-se no final do mês de março. Considera que essa questão que apresentou está perspetivada pela Eng.^a Vanda e depois dessa reunião, a Comissão de Toponímia vai dar parecer e aprovar, seguidamente o Sr. Vereador faz a proposta para apresentar em reunião de Câmara, portanto, no mês de abril os topónimos ficam aprovados, depois segue para a Junta de Freguesia para colocarem as placas.

Sobre a pavimentação das ruas é para a autarquia estudar, porque há ali uma série de situações por regularizar e o Sr. Florentino sabe que em relação aos seus vizinhos até, para se ligarem à água, tem sido complicado, mesmo depois do investimento feito. Em relação ao trânsito, quando colocarem ali alcatrão, têm de estudar o que é que podem fazer para obrigar as pessoas a circularem mais devagar, se não for com lombas, será com bandas cromáticas, porque é uma verdade que, quem vem do concelho da Moita, vem quase sempre com muita velocidade e, de facto, entram na zona da Quinta das Marquesas onde as estradas estão pavimentadas e portanto, essa questão do excesso de velocidade, é também uma questão de polícia. Informa que a próxima sessão do "Eu Participo" vai de ser no dia 12 de abril.

_ Em resposta ao Sr. José Brita (7.), o **Sr. Presidente** refere que não vai voltar a haver o programa Pares e se houver será sempre com outro nome, até no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa têm chamado a atenção para a necessidade de haver um programa destes. Atualmente, tem havido outros projetos sem ser a fundo perdido, em que são apreciados os projetos e depois há um financiamento a juros especiais para projetos de natureza social, ainda assim, continuam a pugnar para que exista um programa desta natureza para a Península de Setúbal. Refere ainda que, até lá, não pode garantir que o município vá ter disponibilidade financeira para pagar o resto da obra, mas vai continuar a apoiar e tem procurado divulgar o vosso trabalho que é meritório, tal como de outras associações. No início da reunião referiu o caso do Botafogo Futebol Clube que junto de algumas empresas e de alguns mecenas para ver se conseguem angariar uma verba que ajude a pagar mais algumas situações.

_ Em resposta ao Sr. Joaquim Maria (8.), o **Sr. Presidente** refere que em relação ao lote 49 na Rua das Quintas, com silvas, o Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional irá verificar se o terreno é propriedade do município ou não. Também o responsável pelo serviço municipal de Proteção Civil irá ao local apurar o estado do lote. Refere que é necessário criar um plano de intervenção para ali, dado o impacto que tem para quem reside naquele quarteirão.

Relativamente à ligação de esgotos e águas, informa que o município tem estado a estudar e já tem uma solução, porque há um residente que tem reclamado essa questão, com toda a legitimidade, e já tem orçamento para servir tanto esse munícipe, como os que ali residem no seguimento. Mas realça que trata-se de esgotos domésticos, porque é isso que falta fazer ali, e na próxima Revisão ao Orçamento, é um dos assuntos que avança num pacote mais amplo, que abrange outras situações do género.

Sobre a sinalização da Rua Zeca Afonso e Rua das Quintas refere que na sequência daquele episódio que aconteceu com as multas de estacionamento, o município fez uma reunião e duas sessões com a população e foram apresentadas algumas soluções de sentidos de trânsito, e chegaram a uma solução consensual. Começaram pela implementação de sinalização vertical e agora, nesta empreitada, estão a fazer a sinalização horizontal, e se houver alguma incongruência os serviços municipais irão tratar de resolver e verificar o que se passa, porque o objetivo do município é ter aquilo pronto até ao Verão. Relativamente aos lugares de estacionamento, foram dirigidos consoante o sentido da rua, ou por um lado ou para o outro, foi uma questão que foi estudada, uma vez que em ambos os lados da rua há saídas de garagens e procurou-se rentabilizar melhor o espaço. Portanto, para já vai ser implementado aquilo que ficou consensualizado naquela reunião que houve e se tiver de se fazer alguns ajustes, depois disso será também estudado.

Em relação à abertura do espaço de jogo e recreio, esclarece que desde há muitos anos, têm reclamado, muito justamente, um equipamento de jogo e recreio para as crianças do Bairro Alentejano, até porque houve ali um junto ao posto de saúde mas que não tinha condições e, por isso, foi substituído por um ginásio que também é importante ao ar livre. Informa que no ano passado a autarquia cedeu à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo um terreno no Bairro dos Marinheiros, na Rua das Rosas, mas até que esse equipamento seja feito, e havendo ali um equipamento de qualidade, com segurança cujo acesso está fechado para uso público. Portanto, a solução, foi contratualizar com uma associação, aquela que tiver melhores condições de proximidade para assumir a responsabilidade, sendo também, depois ressarcida para esse trabalho e essas despesas, gerindo a abertura e o fecho, bem como supervisionar a limpeza, porque depois a cada segunda-feira o equipamento tem de estar em condições para as crianças da escola o poderem utilizar, sem prejuízo das auxiliares também darem lá alguma limpeza. Acrescenta que essa ideia tem andado a ser falada nos últimos 3 anos e estava em vias de ser contratualizada esta solução, mas, de facto, o município também teve conhecimento das mesmas preocupações que o Sr. Joaquim Maria aqui manifestou. Portanto, para quem já esperou tantos anos, agora também não terá pressa. É uma situação que estão atentos e é uma pena que aquele equipamento só possa ser utilizado 5 dias por semana durante a hora do recreio das crianças.

Relativamente à questão da fiscalização, GNR e ocupação da via pública, refere que a fiscalização municipal já foi ao local e também a fiscalização das águas, mas essa foi uma corrida, enfim, o município vai procurar, com o apoio das autoridades tentar disciplinar esse abuso que ali se verifica no espaço público, que não pode ser ocupado indiscriminadamente seja por quem for.

_ Em resposta ao Sr. Rui Fernando Marnoto Rocha (9.), o **Sr. Presidente** refere que a questão da antena de telecomunicações, o município foi alertado, interveio rapidamente, procuraram-se alguns esclarecimentos, mas revela que aquilo é procedimento complexo, que não sendo um procedimento de licenciamento, é uma comunicação de localização e essas empresas começam logo a construir, ou seja, está menos sujeito ao denominado controlo prévio. Refere que segundo informação da Divisão de Administração Urbanística, essa antena está no local errado e por isso está embargado atualmente. Portanto, esse vai ser esclarecido para garantir a proteção e os direitos do reclamante.

Volta a ser dada a palavra ao Público. Intervêm:

Sr. Carlos Pereira da Silva (10.)

Cumprimenta os presentes. Refere que é proprietário na Quinta da Salmoura, lote 605 de um armazém que pôs a funcionar e antes de novembro, solicitou à Câmara um contentor e uma vez que passam pelo seu armazém muitos camiões TIR, também solicitou que melhorassem ali o piso da estrada, atualmente está uma lástima. Solicita ainda que a câmara tome uma melhor atenção ao requerimento que apresentou, porque precisa de pôr aquilo a funcionar como venda de acessórios e serviços, atualmente está como armazém e tendo já clientes da zona sul de Portugal, Algarve e Alentejo, e dirigem-se aqui a esta zona, salienta esta questão porque tem também em Lisboa a empresa e fica mais dispendioso e demorado para esses clientes irem até lá. Por essa razão fez esse investimento aqui nesta localidade para tentar rentabilizar o negócio e como tal, solicita que possam tomar em atenção ao requerimento que solicitou à Câmara.

Sr. Joaquim Sanheiro (11.)

Cumprimenta os presentes. Refere que partiu uma perna e que também teve mais um neto, por isso alerta que, residindo na Rua Francisco Martins Cardoso, com uma perna partida, a mobilidade que tinha era só de cadeira de rodas, enfim, não é fácil uma pessoa circular numa cadeira de rodas pelos passeios, ter acesso a escadas e edifícios públicos. Portanto, considera que em todo o lado, por todo o concelho e só quem passa por uma situação destas é que percebe que os passeios, nas zonas de atravessamento da rua, normalmente, não têm o rebaixamento para a acessibilidade de quem anda em cadeira de rodas. Por isso deixa aqui este alerta, que sabendo que não é algo que se possa resolver num ano, num mandato ou em 2 mandatos, mas para quando fizerem novos projetos, novas alterações, esteja presente essa consideração pelas pessoas com mobilidade reduzida. Acrescenta que, também se verifica com muita frequência, postes de iluminação a meio dos passeios e quem tem mobilidade reduzida, vê a sua vida dificultada, porque fica muito mais difícil circular.

Sra. Maria Ascensão Martins de Almeida (12.)

Cumprimenta os presentes. Refere que sendo sócia da coletividade, elemento do Grupo Coral Moda Alentejo, também faz ginástica aqui. Reside na rua paralela à estrada principal e refere que aquelas ruas, daquele lado, estão num estado miserável, principalmente quando chove, chegam a rejeitar traze-los á porta. É uma rua que ainda não tem toponímia atribuída. Já não é a primeira vez que precisa de boleia até casa e as pessoas não querem circular ali, nem os táxis ali querem ir, porque sempre que chove, fica intransitável. Por isso solicita, antes que chova, que possam colocar naquelas ruas tout venant para poderem ali circular.

Refere que também daquele lado onde reside, estão às escuras, não têm iluminação pública, estão por lá colocados alguns postes, mas na rua onde reside não tem, portanto, não sabe de quem é a culpa, mas já lhe disseram que se pagar tem direito à luz e se não pagar fica sem luz. Enfim, refere que já pagou 1.000€ e ainda está à espera que lá vão colocar os postes. Questiona quem é que tem de pagar os postes de iluminação pública, porque lhe dizem para pagar, uma e outra vez e não vão lá colocar iluminação na rua.

O **Sr. Presidente** questiona a quem a Sra. Maria Ascensão Martins de Almeida pagou os 1.000€.

A **Sra. Maria Ascensão Martins de Almeida** responde que pagou ao empreiteiro, mas refere que foi tudo combinado com a AUGI. Refere que também acha estranheza e que nunca soube de um caso destes em lado nenhum, as pessoas pagarem postes de eletricidade e depois esses postes não são ligados, não há ali iluminação nenhuma.

O **Sr. Miguel Martinho** questiona se as pessoas sabem o que é morar na Quinta do Anjo e viajar de comboio e qual é a diferença em apanhar o comboio em Penalva ou em Coima? Alias, refere que chega mais rapidamente de Palmela a Penalva do que Penalva até Coima e não sabe se é possível a Câmara Municipal intervir junto da Fertagus para que os comboios que vão até Coima, vão também até à Penalva.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Múncipes, são prestadas as seguintes explicações:

_ Em resposta ao Sr. Carlos Pereira da Silva (10.), o **Sr. Presidente** refere que o processo tem estado em análise e teve uma 1ª resposta que procurava enquadrar, até pela forma de como ali nasceu aquele emparcelamento que deu origem à fixação de unidades económicas e o que foi infraestruturado, bem como o que ficou por infraestruturar, portanto, o município tem procurado assumir as responsabilidades e melhorar as condições, sobretudo daquilo que já está edificado, que paga impostos e que contribui também, para o desenvolvimento do concelho. Refere também que, ainda não deram mais informação porque têm estado à espera de outras informações. Sobre a 1.ª questão do contentor, esclarece que compete à unidade económica contratuar com o serviço municipal, ou seja as unidades económicas não se servem dos contentores da via pública, esses são para os residentes, porque está relacionado com a quantidade de produção de resíduos e também com o facto de ter ou não contrato de água com o município. Por Lei e por Regulamento tem de ter um contrato que defina, se quer a recolha à terça-feira e/ou à quinta-feira, basta referir se quer uma ou duas vezes por semana e

é um serviço que é pago, consoante a periodicidade, tem uma taxa diferente daquilo que é paga na fatura da água dos municípios por percentagem. Se a unidade económica já tem contrato de água com a Câmara Municipal, tem acesso a esse sistema e depois vê-se, se aquilo que paga na água, é contratualizado à peça, ao contentor e ao número de vezes que entenderem contratar, porque paga o serviço em função da intensidade do serviço ou se paga na fatura da água, mesmo com o direito ao contentor. Portanto, se tal não lhe foi comunicado, é um problema da autarquia e já deveria ter sido comunicado ao senhor.

Para a 2ª questão, intervenção no caminho de terra batida, refere que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia sabe onde é, porque foi falado ontem e é um dos locais que está previsto passar, pelo que irá passar por lá com a motoniveladora e se for necessário, dar uma recarga de pavimento com detritos de tout venant e fazer ali uma compactação decente.

Informa ainda, que a autarquia, em primeiro lugar, já orçamentou a pavimentação, cuja estimativa são 68 mil euros mais IVA e só irá entrar no Plano quando estiver devidamente, projetado. Também pediu informação sobre a localização do ponto de entrega para os esgotos domésticos, ou seja saber se há ali alguma zona onde seja possível fazer um prolongamento para entrega, portanto, esta é a informação que pode disponibilizar neste momento e refere que, se a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo precisar do apoio da autarquia para tratar o caminho que está em terra batida, a Câmara Municipal está disponível.

Sobre o pedido de um levantamento topográfico, porque o arruamento tem um estrangulamento de via, terá de ser avaliado, porque um dia quando aquele arruamento for pavimentado, sendo impermeabilizado, as águas da chuva têm de ir parar a algum sítio, por isso tem de ser estudado e projetado.

O **Sr. Carlos Pereira da Silva** intervém, mas não se dirige ao microfone, pelo que não é audível, nem é possível transcrever em ata.

Em resposta a questão do Sr. Carlos Silva que não foi possível ouvir em gravação áudio, o **Sr. Presidente** refere que é por isso que tem de fazer um contrato à parte.

O **Sr. Carlos Pereira da Silva** continua a intervir, mas sem se dirigir ao microfone e sem áudio, não é possível transcrever para a ata, as questões que está a colocar.

Em resposta a questão do Sr. Carlos Silva que não foi possível ouvir em gravação áudio, o **Sr. Presidente** refere que também quando foi viver para um zona idêntica, também lhe fizeram a mesma proposta, porque é com auto-infraestruturação, ou seja, o direito de construção em

alguns sítios, só é direito com auto-infraestruturação, não se pode construir em todo o lado, porque, para pagar infraestruturas em algumas zonas, quem iria pagar, seriam outras pessoas, portanto, é uma outra discussão para ser esclarecida numa outra altura.

Informa que todas as pessoas têm direito a solicitar a reavaliação das condições do IMI, mas aquilo que conta é o coeficiente de localização e aquela localização de Vila Amélia, dada a proximidade da entrada da A-2 e do IC32 ETC, é dos coeficientes mais elevados do concelho e não é a Câmara Municipal que o define, aliás, deram um parecer para que esse valor baixasse. Para além disso, existem outras questões que entram na avaliação, relacionadas com o coeficiente de vetustez, a idade do edifício e depois de infraestruturas, que se não tiver pavimento paga menos, se não tiver esgotos paga menos, o caso da água não está definido, porque essa até devia ser uma condição, que no futuro PDM irá ser, ou seja, só pode construir se tiver água, condição que está ligada à nova legislação dos solos. Quase toda aquela zona foi emparcelada em quintinhas rurais ao abrigo de uma legislação de 1986, o PDM foi publicado em 1997 e alguns erros do passado fazem parte, também das opções de futuro, porque querem ser um concelho que tem muito gosto em ser rural, numa determinada zona, mas também tem todo o gosto em ser um importante polo industrial e logístico. Na altura estava tudo à espera que as coisas corressem bem, que o senhor da AXL fizesse as infraestruturas que não terminou, porque fez estradas, pôs uns postes de iluminação, mas quem colocou os esgotos e quem conseguiu convencer a Simarsul a colocar uma estação elevatória foi a Câmara Municipal de Palmela.

Atualmente, para fazer a repavimentação e o tratamento do Hub10 entre a rotunda da Makro e São Gonçalo, um dos problemas que têm no projeto e que encarece substancialmente, é que não têm naqueles hectares todos de Vila Amélia, linhas de água, porque foram destruídas, por quem emparcelou aquilo e para escoar as águas das chuvas, têm de abrir poços de infiltração. Portanto, na avaliação o senhor tem direito a dizer que não tem determinadas condições, porque não é justo estar a pagar algo que não tem. Em suma, relativamente à estrada o Sr. Presidente da Junta de Freguesia vai ver isso com a sua equipa técnica e em relação ao desenvolvimento do processo, do estudo que estão a fazer e da comunicação para o sistema de recolha de resíduos irá ter uma resposta com a maior brevidade possível.

_ Em resposta ao Sr. Joaquim Sanheiro (11.), o **Sr. Presidente** refere que a Rua Francisco Martins Cardoso, pertence a um loteamento anterior a 2006, quer dizer que, desde 2006 com a legislação das acessibilidades, o município cumpre escrupulosamente nos novos loteamentos e nos antigos loteamentos, tem feito intervenções em várias localidades que, aliás, já lhe valeram uma bandeira de prata e uma bandeira de ouro da Mobilidade e da Acessibilidade e recentemente, bandeiras da Vilas de Cidade de Excelência. Mas isso não significa que está tudo feito nessas localidades, já há zonas inteiras onde já tem uma circulação acessível. Essa

urbanização que falou, nem a largura dos passeios cumpre e era assim que se faziam algumas coisas, mas vão procurar fazer intervenções e até quando se fazem repavimentações é preciso fazer novas passadeiras, fazer esses rebaixamentos, e também em situações avulso, ou seja, a pedido de pessoas com mobilidade reduzida que solicitam à Câmara Municipal, que têm escolhido o concelho de Palmela, talvez por ter algumas localidades planas. Mas identificando algumas zonas mais críticas, o município vai fazendo paulatinamente, apesar de não conseguir fazer tudo, em 2011 fez um Plano Municipal de Acessibilidades, onde identificou milhares de situações no concelho com 470 quilómetros quadrados e 18 aglomerados, e já deram conta de muitas situações, mas aí também, de facto, com as intervenções que estão planeadas fazer, provavelmente irão começar a intervir nesse sentido.

_ Em resposta à Sra. Maria Ascensão Martins de Almeida (12.), o **Sr. Presidente** refere que a zona que identificou pertence à Quinta das Marquesas II – 2.ª fase, que é uma área urbana de génese ilegal, tem uma Comissão de Administração que, infelizmente, não está a trabalhar ao mesmo ritmo de outras Comissões de Administração que aqui estão presentes também. Nestas circunstâncias, são as Comissões de Administração das Augis que fazem a infraestruturação, para depois deixar de ilegal para ser legal, para deixar de ser em avos, para ser em metros quadrados e poderem legalizar as suas habitações e quando legalizarem e infraestruturarem, a Câmara assume as infraestruturas.

A situação que a senhora refere com o senhor que teve o desaguisado, resulta de uma exceção, devidamente enquadrada pela EDP, com autorização da Câmara, mas com pressão do tribunal e da GNR, não podendo dar aqui mais pormenores, por uma de proteção e segurança. Em bom rigor, tem de ser a Comissão de Administração da Augi a juntar dinheiro e pagar ao subempreiteiro e depois a pagar à EDP para esta fazer a ligação.

Algumas pessoas falam, mas não existe registo áudio para possibilitar a transcrição em ata.

O **Sr. Presidente** refere que é preciso fazer um ponto de situação com os senhores que estão a organizar a Augi e segundo a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, este ano a autarquia já reuniu com a Comissão de Administração e entregaram um pedido de alteração ao projeto de loteamento da reconversão, pelo que estão a trabalhar.

Segundo os apontamentos da reunião, a Sra. Maria Ascensão interveio, mas não é audível, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que os coproprietários devem pedir uma assembleia para explicar o que estão a fazer. Foram eleitos por alguém para tratar destes assuntos, não foram eleitos pela autarquia, portanto, sugere que a senhora possa falar com eles, perguntar-lhes o que é que está a ser tratado e qual o ponto de situação. Infelizmente, a Câmara Municipal não pode fazer nada ali, aquelas estradas, oficialmente, não são públicas. Estas questões das áreas urbanas de génese ilegal têm este procedimento, eles estão a tratar de um loteamento como se fossem um construtor que vai fazer um loteamento, a comissão representa os coproprietários.

A **Sra. Maria Ascensão Martins de Almeida** intervém mais uma vez, sem fazer uso do microfone, pelo que não é audível na gravação para poder ser transcrito em ata.

O **Sr. Presidente** esclarece que as pessoas não deviam residir nestas zonas, pois construíram numa zona que não podiam construir, que é ilegal. Refere que os senhores pagam IMI de um terreno rústico e quando a legalização da habitação aí é que vai mesmo pagar IMI. Paga IMI porque é proprietária de uma propriedade, tenha ela uma construção ou não.

Esclarece mais uma vez que a câmara não vai lá fazer nada, porque não pode fazer, tem de ser a Comissão de Administração a fazer. A Junta de Freguesia intervém em arruamentos de acordo com um mapa que lhes é fornecido e recebe ao quilómetro da parte da Câmara para fazer esse trabalho, mas ainda assim, podem ver nessa zona, passando com as viaturas de recolha de lixo, porque mesmo em zonas dessas, não deixam de fazer a recolha, talvez possam nivelar um pouco as ruas. A iluminação é um assunto a tratar com a Comissão de Administração que tem de fazer esse investimento e que já recebeu dos senhores e de outros vizinhos para isso.

O **Sr. Leandro de Almeida** intervém, mas não fala ao microfone e em seguida a gravação áudio é interrompida, não sendo possível transcrever em ata.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:**

- **Saudação** (Adega Cooperativa de Palmela)

Aprovado, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

• **Saudação** (Alquimia dos Sabores)

Aprovado, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** refere que, devido ao adiantado da hora, as saudações não são lidas, mas devem ficar integralmente reproduzidas na ata. Assim:

• **SAUDAÇÃO** (Adega Cooperativa de Palmela).

“A MUNDUS VINI, que se realiza há 15 anos, na Alemanha, é uma das mais importantes competições de vinhos a nível mundial.

Na edição MUNDUS VINI Spring Tasting 2019, a Adega Cooperativa de Palmela obteve 2 medalhas de ouro para os vinhos «Adega de Palmela Moscatel de Setúbal 2016» e «Vila Palma Reserva Branco 2016» e uma Medalha de prata para o vinho «Vale do Barris Syrah 2017».

Perante um júri internacional e altamente qualificado, composto por 260 especialistas na área vínica, passaram seis dias a avaliar cerca 7.200 vinhos de 156 regiões produtoras de vinho de todo o mundo, tendo como objetivo a promoção da qualidade e a comercialização dos vinhos inscritos.

Reunida na Associação de Moradores Marquesas II a 20 de março de 2019, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Adega Cooperativa de Palmela por mais esta excelente prestação, valorizando a sua marca e os seus produtos de enorme qualidade e enaltecendo o nome de Palmela a nível internacional.”

• **SAUDAÇÃO** (Alquimia dos Sabores).

“Realizou-se no passado mês fevereiro a 6ª edição do Concurso Nacional de Sal, Condimentos e Azeites Aromatizados Tradicionais Portugueses realizado no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas - em Santarém tendo como objetivo principal, premiar, promover, valorizar e divulgar produtos nacionais tradicionalmente genuínos.

A Alquimia dos Sabores, empresa familiar sediada em Poceirão, conquistou duas medalhas de Ouro nos produtos biológicos de excelência, a saber: a Compota de Malagueta e os Pickles Doces.

Reunida na Associação Moradores das Marquesas II, a 20 de março de 2019, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a empresa Alquimia dos Sabores, pela diferenciação, inovação e qualidade da sua produção, contribuindo para a promoção da nossa economia local e para o reconhecimento dos ativos endógenos do concelho, a nível nacional.”

Submetida a votação a saudação (Adega Cooperativa de Palmela), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Alquimia dos Sabores), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Palmela Spring Camp – Visita da delegação de jovens palestinianos – O Sr. Presidente** informa que o município de Palmela vai acolher, entre 21 e 29 de março de 2019, vinte e dois atletas da Palestina, das cidades de Hebron e Ramallah, com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos, que vão participar no Palmela Spring Camp, cujo programa integra um conjunto de atividades desportivas, culturais e lúdicas, privilegiando a interação com outras equipas de futebol juvenil do concelho. O Palmela Spring Camp surge no âmbito da Cooperação Institucional que o Município de Palmela tem desenvolvido com a Missão Diplomática da Palestina. Pretende-se que esta ação de Solidariedade Internacional possa contribuir para reforçar a visibilidade, no plano internacional, dos constrangimentos intoleráveis, à luz da Convenção dos Direitos Humanos, a que estão sujeitas as crianças e jovens na Palestina. Os participantes viajam acompanhados de dois monitores e ficam alojados numa unidade hoteleira em Palmela. Durante a sua estadia serão acompanhados pelos técnicos da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude que desenvolveram um programa de atividades adequado à idade dos 22 praticantes de futebol. Estão previstas também, várias deslocações e visitas, dentro e fora do concelho de Palmela, de acordo com o programa que envolve a colaboração de um conjunto de instituições.

• **Comemorações do Dia Mundial da Árvore – O Sr. Presidente** informa que as comemorações do Dia Mundial da Árvore tem programado diversas plantações em vários locais, sendo que amanhã irá decorrer na freguesia de Quinta do Anjo, precisamente em locais onde algumas árvores pereceram ou foram destruídas e, portanto, os escuteiros no sábado também vão participar em plantações. No dia de amanhã, os trabalhadores da Junta de Freguesia e Vereação vão estar envolvidos neste programa. Também irá haver uma caminhada no fim de semana, enfim, os programas estão divulgados e quem quiser participar está convidado.

• **Rede de água (nós) em Pinhal Novo e Bairro dos Marinheiros – O Sr. Presidente** refere que já se sabe que a empreitada está em curso e em Pinhal Novo foi adjudicada a empreitada de remodelação da rede de águas/ execução de nós na zona norte de Pinhal Novo.

• **Dia Mundial da Água – O Sr. Presidente** refere que amanhã é também, o Dia Mundial da Água e o município de Palmela vai promover um Seminário sobre o trabalho que tem vindo a desenvolver no âmbito da qualidade da água e dos planos de segurança da água. São

obrigações recentes para as Entidades Gestoras, o município tem estado com mais um conjunto de municípios na área metropolitana, no grupo da frente do estudo, da reflexão e dos planos para emergências, portanto, amanhã vai ser apresentado este trabalho e é aberto à comunidade. Vão estar presentes inúmeras Entidades e técnicos de várias áreas, desde a área da saúde, segurança, entidades gestoras, serviços municipalizados de águas, a Simarsul, que vão participar neste Seminário, também para dar conhecimento e mostrar a complexidade da responsabilidade de fornecer uma água segura, com padrões de qualidade e procurar ter sempre o abastecimento disponível, mesmo quando há grandes incidentes. Também estão a trabalhar num sistema intermunicipal, até porque as realidades vão mudando e mesmo esta zona estando situada sob um dos maiores aquíferos da Península Ibérica, aliás, as notícias sobre a água e a seca são cada vez mais preocupantes e por isso estão a tomar medidas de futuro, para evitar colapsos e poderem partilhar a água, que é um recurso comum em toda esta área.

• **Pavimentações na Rua da Escola em Brejos de Carreteiros / Rua dos Lusíadas, Rua de Camões e Rua das Flores na Lagoinha / Rua Nova do Vale em Águas de Moura – O Sr. Presidente** informa que está prestes a começar a empreitada de pavimentação do 2º troço da Rua da Escola/ Estrada do Gado em Brejos Carreteiros, que foi adjudicada por cerca de 47.000€. Esta obra continua a pavimentação já iniciada naquela via, ligando o troço intervencionado anteriormente à rua de Brejos Carreteiros. Entretanto foi também adjudicada a obra de drenagem pluvial e pavimentação das Ruas Luís de Camões, dos Lusíadas e das Flores, na Lagoinha, por cerca de 145.000€. No mesmo período, mas em Águas de Moura, foi adjudicada a obra de pavimentação da Rua Nova do vale, por cerca de 50.800€. Todas estas obras foram votadas no processo “Eu Participo” e totalizam um investimento de cerca de 250.000€.

• **2.ª Prova da Taça de Portugal de Femininas e 1.ª Prova da Taça de Portugal de Cadetes – O Sr. Presidente** informa que o município de Palmela vai apoiar no próximo dia 24 de março, a realização das seguintes iniciativas na Vila de Palmela: a 2.ª Prova da Taça de Portugal de Femininas que se realiza entre as 11h00 e as 13h00, evento que se desdobra em três provas distintas, e de acordo com a categoria desafia os seus participantes a realizar percursos de 46 Km (Cadetes e Masters), 62 Km (Juniões) e 77 km (Elites) e a 1.ª Prova da Taça de Portugal de Cadetes (masculinos) que se realiza entre as 16h00 e as 18h00, estimulando os seus participantes a realizar um percurso de 79 km. Ambas as provas têm partida e chegada no largo de São João, no centro da vila de Palmela, sendo a organização da responsabilidade da Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal e da Federação Portuguesa de Ciclismo, contando com o apoio da Câmara Municipal de Palmela.

• **ITU Multisport World Championships (atleta Marco Miguel) – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá nota que o atleta Marco Miguel, residente em Pinhal Novo, foi convocado pela Federação Portuguesa de Triatlo para representar Portugal, na prova de Duatlo, no Escalão Elite, no ITU Multisport World Championship, que se realizará em Pontevedra, Espanha, entre os dias 27 de abril e 4 de maio. Este Campeonato do Mundo Multisport, organizado pela União Internacional de Triatlo (ITU), terá competições de triatlo e das várias disciplinas paralelas (Aquatlo, Duatlo, Triatlo Cross e Triatlo Longo).

• **Apresentação do catálogo da exposição “80 Anos de Iluminação Pública Elétrica. Palmela 1938. Finalmente, a Luz!”** – O Sr. Presidente refere que o município de Palmela, vai apresentar o catálogo da exposição “80 Anos de Iluminação Pública Elétrica. Palmela 1938. Finalmente, a Luz”, iniciativa que terá lugar na Galeria da Biblioteca Municipal de Palmela, pelas 17h00, no dia 28 de Março – Dia Nacional dos Centros Históricos.

O evento é constituído por uma visita orientada ao Centro Histórico, que reúne alguns dos munícipes que connosco partilharam as suas memórias deste momento histórico da iluminação elétrica, no qual o público é convidado a descobrir algumas das marcas do Património Elétrico e da Iluminação Pública, sinais que contextualizam o desenvolvimento da Vila de Palmela ao longo dos últimos séculos. O percurso iniciar-se-á pelas 15h00 na Rua Heliodoro Salgado, junto ao antigo edifício da GNR, com passagem pelo Largo do Mercado, Espaço Cidadão, culminando no Largo de S. João. Com esta iniciativa conclui-se o ciclo de permanência da exposição “80 Anos de Iluminação Pública Elétrica. Palmela 1938. Finalmente, a Luz” que deu a conhecer a muitos um pouco da história da Vila e do Concelho.

• **I Encontro das Bibliotecas Escolares do Concelho de Palmela – O Sr. Presidente** refere que a Câmara Municipal de Palmela desenvolve desde há muito anos (década de 90 do século XX) um trabalho continuado entre a Rede Municipal de Bibliotecas Públicas e a Rede de Bibliotecas Escolares do Concelho. Este trabalho de implementação, apoio e colaboração a nível técnico, espaços, equipamentos e atividades, tem objetivos comuns – a promoção da leitura e o acesso.

A Câmara Municipal de Palmela vai promover a realização nos próximos dias 22 e 23 de março, do I Encontro das Bibliotecas Escolares do Concelho de Palmela. Este Encontro tem como tema – Bibliotecas Escolares e Sustentabilidade centrando-se as várias intervenções e os workshops a desenvolver, em torno das questões como a sustentabilidade ambiental, as práticas relacionadas com a reciclagem, reutilização de recursos, eficiência energética. São temas atuais e que devem promover em todas as mudanças de atitudes e práticas no dia-a-dia, das instituições

onde se trabalham, neste caso concreto, o universo das bibliotecas e das escolas onde estão integradas, para assim se constituírem em parceiros ativos para a concretização dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Agenda 2030 da ONU.

• **Hora do Planeta** – O **Sr. Presidente** refere que à semelhança dos anos anteriores, o município de Palmela, vai associar-se à Hora do Planeta no dia 30 de março, em que haverá conjunto de monumentos e espaços públicos no concelho que vão ficar apagados durante uma hora. É um gesto simbólico, que reproduzido por muito mais gente, demonstra um sinal para estas questões do clima e das poupanças.

Intervenção

• **Saudação aos jovens que fizeram o trabalho relacionado com o combate às alterações climáticas** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e agradece a receção, pois representa o esforço coletivo de uma população na procura de melhores soluções de vida e congratula o trabalho executado, porque hoje, têm melhores condições de vida, diferentes daquelas que tinham no início. Saúda também o movimento dos jovens que, na passada sexta-feira, fizeram uma greve e uma manifestação em defesa do planeta, no combate às alterações climáticas. Atualmente, com as notícias que têm sobre a seca, mesmo que daqui a meia dúzia de dias caia uma enxurrada, o clima está, efetivamente, instável, é visível que têm alterações climáticas e que muitas delas resultam de soluções erradas praticadas ao longo de décadas, pelos seres humanos. Considera que é preciso lutar para mudar estes comportamentos e nada melhor que ver na rua, jovens a lutar por uma nova maneira de estar na vida. Realça que uma das mentoras deste movimento pertence ao concelho de Palmela, Matilde Alvim, aluna da Escola Secundária de Palmela do 12º ano e, portanto, é algo que orgulha a todos, ter no concelho uma das jovens que hoje está à frente deste movimento. É uma saudação à Matilde e a todos os jovens, de Portugal e do mundo que participaram nesta manifestação e se disponibilizaram para lutar por um planeta melhor.

• **Solidariedade com o povo de Moçambique** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** pretende demonstrar aqui a solidariedade para com o povo moçambicano, até porque este povo, diariamente luta com muitas dificuldades e, atualmente está a viver em condições muito difíceis e lá está, o problema das alterações climáticas que têm como resultado situações de catástrofe climática e, portanto, é preciso cuidar dos vivos e registam-se ali problemas gravíssimos de subsistência e sobrevivência, pelo que transmite aqui uma nota de pesar pelo desastre, mas também uma palavra de solidariedade para com aqueles que hoje, lutam pela vida, perante aquela catástrofe que aconteceu em Moçambique.

O **Sr. Presidente** reforça, também esta preocupação legítima da solidariedade para com Moçambique e informa os Srs. Vereadores, que o município de Palmela, juntamente com a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, tem estado a desenvolver um conjunto de formações e projetos para conseguirem candidatar alguns apoios europeus e não só, para continuar a promover a cooperação. Refere que no dia 1 de abril está programada uma reunião da Rede e uma ação de formação para que possam preparar um conjunto de ações que mobilizem a população do país e neste caso a população de Palmela, com a identificação daquilo que é necessário, por via desta rede de cooperação, fazendo chegar a Moçambique, não só a solidariedade, mas também um apoio concreto, porque, de facto, as notícias de hora para hora, revelam uma situação muito mais gravosa do que aquilo que sabiam no início daquele fenómeno climático.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

PROPOSTA N.º GAP 01_07-19:

«1. A Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), alterada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, e a Lei da transferência de competências para as autarquias locais, Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no ato de promulgação, o Presidente da República referenciou:

- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;

- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;
- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;
- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas;
- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei.

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.

2. O caráter arbitrário que rodeou o processo que conduziu à Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, a começar nas incongruências do texto da Lei, teve expressão no próprio debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2019, no qual foram rejeitadas propostas essenciais à concretização da transferência de competências. Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo Financeiro de Descentralização, que remetia (abusiva e ilegalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afetação dos meios financeiros, tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara a rejeição da Assembleia da República à pretensão do Governo de decidir dos montantes a transferir para o exercício das competências, só pode ser lido como um impedimento de facto à sua concretização em 2019. Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto só por si justifica que o município rejeite responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros.

3. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, prevê que os termos concretos da transferência em cada área resultarão de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros.

Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos:

- Até 15 de setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019;
- Até 30 de junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a Lei considera transferidas todas as competências.

Vários municípios deliberaram atempadamente nos termos previstos na Lei, aliás os únicos em vigor. As pressões, então dirigidas sobre as autarquias, invocando interpretações abusivas da legislação ou dando como inútil as deliberações que a própria Lei estabelecia levou a que muitos municípios, mesmo os que afirmavam discordância com a transferência de competências, se acomodassem à operação desencadeada pelo MAI e tenham decidido não se pronunciar.

4. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsavelmente, e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assunção, a partir de 1 de janeiro de 2019, das novas competências.

Foi isto que o Município de Palmela, responsavelmente, fez. A justeza da decisão é aliás confirmada pelos desenvolvimentos do processo designadamente com a publicação dos diplomas setoriais. Na verdade estes diplomas subvertem prazos legais, confundem datas de entrada em vigor (em que são omissos) com produção de efeitos. Entretanto a própria natureza dos diplomas sectoriais e a sua redação recomendam que, sem prejuízo da deliberação adotada em setembro passado, se confirme de novo – agora já não apenas referente à recusa de assunção das competências em 2019, mas também para 2020 – a clara posição deste município face a este processo.

Assim e atendendo aos considerandos referidos e ao abrigo do art.º 33.º, n.º 1, alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 20 de março de 2019, decide propor que a Assembleia Municipal delibere:

- Rejeitar, reafirmando as deliberações legalmente adotadas em setembro de 2018 e Janeiro de 2019, a assunção, em 2019 e 2020, das competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais, nomeadamente as previstas:
 - A. No Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro de 2019, que concretiza o quadro de transferência de competências nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, porquanto, entre outras razões ponderosas;
 - 1 - obriga ao exponencial acréscimo de despesas em recursos humanos e técnicos, considerando a escassez de meios presentemente afetos à Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), para cumprir cabalmente e com rigor as competências que lhes estão atribuídas e que pretendem ver transferidas para as autarquias locais;
 - 2 - a falta de clarificação no que respeita ao enquadramento legal aplicável, aos vários sectores de atividade, em particular os ligados à pecuária e à indústria alimentar,

considerando que a autoridade competente, em algumas das situações continua a ser a DGAV, enquanto que, para outras, propõe-se que sejam os municípios;

3 - as insuficientes/irrisórias contrapartidas económicas para os municípios refletidas nas taxas devidas por aqueles serviços, quando comparadas com as despesas que tais competências implicam;

4 - os avultados encargos económicos e organizacionais relativos à atividade associada ao controle e fiscalização dos agentes económicos das indústrias alimentares e da atividade pecuária, bem como a instrução e decisão de processos contraordenacionais, cassação de títulos de autorização de funcionamento, entre outras;

5 - a completa ausência de demonstração de alegados e “evidentes ganhos de eficiência”, nomeadamente no que respeita ao bem estar animal e à segurança alimentar; sendo feitas referências a futuros diplomas, sem que conheça um compromisso concreto;

B. No Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro de 2019, que concretiza o quadro de transferência de competência para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, porquanto, entre outras razões:

1 - é patente a necessidade de continuar a aprofundar a negociação entre municípios e o governo, de forma a que não se concretize um processo de transferência sem a clarificação das competências, dos meios e das formulas de financiamento, no qual a Administração Central assumam as competências que garantam a universalidade do acesso à educação;

2 - inexistem estudos e objetiva fundamentação que permitam compreender as escolhas das áreas que se propõe transferir;

3 - verifica-se a inexistência de um conjunto alargado de normas que remetem para legislação, portarias e despachos posteriores da administração central, não permitindo uma análise séria e rigorosa, do alcance das competências que se pretendem transferir;

4 - constata-se a indefinição dos meios financeiros necessários a qualquer processo de transferência de competências, estando claro o princípio do não aumento da despesa pública, o que suscita preocupações sobre o do subfinanciamento e desinvestimento do Estado em matéria de Educação;

5 - é incompreensível a criação de uma Comissão Técnica *a posteriori* para definir e propor fórmulas de financiamento, quando se considera que esta deveria fazer este trabalho previamente à entrada em vigor do presente diploma, de forma a que essas fórmulas já se encontrassem definidas;

C. No Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro; que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura considerando que:

- 1 – obriga ao reforço de recursos humanos atinentes às ações de controlo e fiscalização de espetáculos de natureza artística, sem a especificação dos meios financeiros e humanos para o efeito;
- 2 – implica a clarificação de diplomas legais complementares ao presente Decreto-Lei, cujo conteúdo ainda não é conhecido;
- 3 – sobrecarrega as áreas de licenciamento e fiscalização municipais, para responder cabalmente e de forma eficaz às competências a transferir

– Reclamar:

- 1 - Da Assembleia da República que delibere no processo de apreciação parlamentar já requerido a cessação de vigência destes diplomas;
- 2 - O início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;
- 3 - A reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;
- 4 - O encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos;
- 5 - A identificação no domínio da transferência de novas competências, das que, entre estas, se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não mero pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.

– Reafirmar a não aceitação da transferência de competências em 2019 e 2020, nos termos do artigo 4º nº 2 alínea a) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, com a consequente comunicação à DGAL.»

Sobre a proposta de Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais numerada GAP 01_07-19 intervêm:

O **Sr. Presidente** reafirma a rejeição face a esta intenção de descentralizar mais 3 competências e por aquilo que analisaram dos diplomas e de um conjunto de outros mapas que vão chegando, é evidente a indefinição de algumas matérias, sobretudo, a não identificação das questões de natureza financeira que devem estar associadas a qualquer pacote de descentralização.

Considera que este processo tem sido mal conduzido, porque decorrido um mandato inteiro e estando agora a terminar, pretende-se neste último ano e meio apresentar de uma forma atribulada estas descentralizações. Aliás, durante a aprovação do Orçamento de Estado para 2019 e não garantir a Lei sobre o Fundo de Financiamento da Descentralização, de facto, não é

perceptível o que é que efetivamente será atribuído às autarquias, com exceção de um ou de outro diploma, onde já está feita uma estrutura de custos. Esta situação de ficar com competências que cabem ao Estado Central sem ter os devidos recursos para responder com qualidade, é defraudar por completo a expectativa das populações, portanto já foram tomadas posições no passado e em janeiro voltaram a tomar posição sobre estas matérias sempre responsabilmente. Refere ainda, que são adeptos da descentralização, da regionalização e da reposição das freguesias e, ao contrário do que acontecia em outros pontos do país, Palmela nunca teve freguesias a mais, aliás, Palmela tem um território extenso com apenas cinco freguesias e foram agregadas as duas freguesias com maior extensão.

Portanto, nesta outra fase do processo, chegaram alguns diplomas ainda mais problemáticos e não é por acaso que ficaram para o fim, precisamente porque mereceram da Associação Nacional dos Municípios e de outras estruturas, muitas reservas e muitas propostas de melhoria.

Estas questões ligadas à proteção e saúde animal e da segurança de alimentos, não estão relacionadas com o serviço do veterinário municipal que toma conta do Centro de Recolha Oficial de Animais, mas sim a transferência para a autarquia de tudo o que esteja ligado à inspeção de empresas, indústrias do sector agroalimentar, da transformação, do armazenamento, da produção, do abate, etc. Portanto, até uma autarquia que é considerada a capital dos caprinos, vai rejeitar as competências desta natureza, porque é impossível fazer face às necessidades que elas comportam, aliás até a ASAE tem falta de recursos para fiscalizar estas matérias. Também, quando se fala em demonstração de alegados e evidentes ganhos de eficiência, nomeadamente no que respeita ao bem-estar animal e a segurança alimentar, são feitas referências a futuros diplomas que não vão sair, sem que se conheça o diploma, ou seja, seria aceitar uma transferência e ficar a acreditar que ainda vão legislar como é que isto se vai fazer. Não é uma questão de desconfiança político-partidária, e sim, uma questão objetiva, porque estas matérias têm de ser discutidas objetivamente e não se pode aceitar assim de qualquer forma.

Refere que o Decreto-Lei que concretiza o Quadro de Transferência para os Órgãos Municipais e de Entidades Intermunicipais no domínio da Educação tem múltiplos exemplos que já foram chamados à colação em outros momentos, porque, dos diplomas onde todos os municípios e até alguns que já tiveram a experiência de delegação de competências, referem que é necessário continuar a aprofundar a negociação entre municípios e Governo, ou seja, as fórmulas de financiamento e os meios não estão devidamente clarificados. Depois, não existem estudos e objetiva fundamentação que permita compreender as escolhas nas áreas que se propõe transferir e verifica-se a existência de um conjunto alargado de normas que mais uma vez remetem para legislação, portarias e despachos posteriores. Ora, não sabendo de como se vão concretizar, não permite uma análise séria e rigorosa do alcance das competências que se pretende transferir. Também a indefinição e a insuficiência dos meios financeiros necessários

não dá nenhuma segurança a este processo. Portanto, enquanto não houver uma alteração e uma clarificação da Lei das Finanças Locais relativamente às competências, considera que não é um processo sério, não é uma negociação séria com os municípios, que para além da conservação, falam também do equipamento. Depois ainda remete para um diploma que vai definir umas fórmulas da percentagem para equipar, por exemplo, um laboratório, comprar um computador, um quadro interativo laboratório de Físico-Química, uma série de equipamentos, cujo financiamento não permite tal situação. Refere ainda que a dificuldade neste diploma é remeter tudo para uma comissão técnica, para posteriormente, definir e propor fórmulas de financiamento. Acredita que aprovar algo assim, é atraiçoar por completo e pôr em causa a capacidade do município para responder às competências que atualmente já estão subfinanciadas, para fazer aquilo que hoje tem responsabilidade fazer e que vai criar ainda mais entropias no município, independentemente de medidas que estejam a estudar para o futuro. O atual Governo diz que esta questão da descentralização de competências é para entrar em vigor em 2021, mas talvez nessa altura, as autarquias já saibam quais são essas fórmulas de financiamento, por isso até lá, considera que se deve esperar. Refere que conhece autarquias que aprovaram para este ano algumas competências e já estão aflitas e que não vão ter condições para aplicar nada daquilo que aceitaram e no balanço do final do ano, irá ver-se quantas daquelas que aceitaram, o que é que fizeram no final de 2019.

Depois, no domínio da Cultura, obriga ao reforço de recursos humanos para as ações de controlo e fiscalização de espetáculos de natureza artística, ou seja inspecionar se as salas têm condições, segurança, se estão licenciadas, mas isso implica afetar mais gente à área do atendimento, à área do licenciamento, mais fiscalização quando hoje têm ainda dificuldades nesta matéria, e não se conhece a forma de como serão suportadas as despesas com este acréscimo de responsabilidades.

Portanto, é necessário e urgente que a Assembleia da República defina a Lei sobre o Fundo Financeiro de Descentralização.

Refere que estes três diplomas, que demoraram mais tempo a ser apresentados, poderiam ter sido trabalhados de melhor forma, até porque são precisamente, os mais complexos e na realidade, estão ainda mais indefinidos no que diz respeito às condições efetivas para assinar transferências desta natureza, por isso, a proposta é que não há condições para aceitar estas competências, porque é necessário clarificar e em 2021 o que estiver definido no país, o município irá cumprir a lei e geralmente cumpre bem. Propõe-se igualmente que a Assembleia da República delibere no processo de apreciação parlamentar já requerida, cessão de vigência destes diplomas; o início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas; a reposição das freguesias; reclamar para que seja iniciado um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, que são requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que já são hoje a suas atribuições e competências, uma vez que também foi prometido uma reforma da Lei das

Finanças Locais que continua por clarificar e por cumprir; a identificação no domínio da transferência de novas competências das que entre estas, se adequem ao nível municipal, porque há aqui sobreposição e domínios que considera que nunca deveriam sair da esfera da responsabilidade da Administração Central do Estado ou da Administração Regional. De outra forma, considera que vai agravar-se esta questão do subfinanciamento que o atual processo institucionaliza. Na discussão, irão ter oportunidade de dar outros exemplos que revelam como os diplomas na forma de como foram apresentados e sem esta clarificação de financiamento, são efetivamente contraproducentes e não oferecem condições para que os municípios possam prestar um serviço melhor do que aquele que o Estado Central presta às populações.

Também, refere uma questão essencial que está subjacente à discussão e que, por vezes se esquecem de chamar a atenção, ou seja, se a Administração Central diz que não pode alocar mais meios para assumir as próprias competências, reconhece que não tem funcionários suficientes nas Escolas que são da sua responsabilidade, que não tem funcionários em número suficiente nos Centros de Saúde, na Direção Geral de Veterinária, faz uma Lei sobre descentralização que tem como princípio, o não agravamento da despesa pública; então mas se é para prestar melhor serviço, não seria preciso gastar mais? Portanto, estão a contar com o esforço dos municípios, agravando esta situação do desempenho e que fará os municípios redirecionar recursos que hoje, já são poucos, para outras missões e atribuições que têm para matérias que não são da sua responsabilidade.

Refere que o Sr. Vereador Raul Cristovão estava a dizer em off que já 160 municípios aceitaram estas competências e esclarece, podendo confirmar na DGAL que 105 municípios, dos 308, recusaram a totalidade, 70 municípios aceitaram tudo e todos é do povo, 133 aceitaram uma ou 2 competências, parcialmente. Portanto, com estes dados, com a insuficiência que estes diplomas têm na clarificação dos meios e operacionalidade destas matérias, não há condições para correr o risco que vai agravar a capacidade de resposta do município e, quando tiverem a descentralização, também vão querer ter as condições para fazer melhor.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que não pretende discutir o que já foi discutido, não vai deduzir opiniões sobre estas questões de aceitação ou não, até porque hoje o Sr. Presidente deu razão ao PS em relação ao que foi discutido na reunião de Câmara realizada na Marateca, quando agora referiu que poderia ter aceitado algumas competências.

O **Sr. Presidente** interrompe e responde ao Sr. Vereador Raul Cristovão que não disse que poderia ter aceitado, aliás, está em ata e está gravado.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que o PS irá manter a posição e lamenta que o concelho de Palmela, só por obrigação em 2021, chegue atrasado a este processo de descentralização. Portanto, irão votar contra a proposta.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e reafirma a posição do Sr. Carlos Vitorino que o substituiu na reunião de Câmara da Marateca, na qual esta matéria foi discutida pela primeira vez. Refere que sobre este assunto, aliás, recorda que havia uma espécie de “acordo de cavalheiros” nos últimos tempos sobre estes assuntos mais pesados, que requerem uma maior ponderação, que ditam um maior debate não fossem trazidos a reuniões de Câmara descentralizadas, porque estão a ser discutidos quase à uma da manhã. Também, por uma questão de princípio, uma vez que estas reuniões descentralizadas são sempre bem-vindas, servem não só para ouvirem a população, mas também para aprovarem e discutirem alguns assuntos que estejam relacionados com a freguesia em questão.

Portanto, esta matéria da descentralização de competências é um assunto de âmbito mais geral, mais complexo e que exige outra ponderação e outra discussão. Numa primeira fase diverge da posição do Sr. Presidente, ou seja, é favorável à descentralização, questão que o Sr. Presidente tem dificuldade em lidar e depois é contra a regionalização, enquanto que o Sr. Presidente quer a regionalização à força. Enfim, há uma grande diferença sobre o que pensam sobre esta matéria.

Depois, esta proposta refere uma série de situações que considera que não deveriam estar apresentadas, ou seja, entende que faz parte de uma demonstração política da parte da CDU, quando na Assembleia da República tem um papel brando e, depois nas autarquias, assume um papel mais agressivo e procura mostrar aquilo que não faz noutros fóruns onde tem um poder mais efetivo. Agora, o que considera mais importante, depois destas considerações de caráter político é que, efetivamente, a descentralização é bem-vinda, aliás, mereceu algum entendimento sobre os grandes princípios da descentralização, entre o PSD e o PS, porque no estado atual em que está o país, em que estão as relações e as competências entre as autarquias e o governo, a descentralização é bem-vinda e ajudará, certamente, as populações a verem mais facilmente os seus problemas resolvidos. O problema é que esta descentralização tem sido feita um pouco “a toque de caixa”, isto é, o Sr. Ministro da Administração Interna, tem andado devagar, devagarinho, vai saindo legislação aos bocadinhos, que por si só acaba por demorar muito tempo a sair, e quando sai, é uma legislação que não sai em condições, porque não clarifica o quadro legislativo para poderem decidir, ou seja, deixa sempre uma indefinição e isso dificulta uma tomada decisão que seja consentânea com interesse público.

Refere que em 2021, quer queiram ou não, de acordo com a legislação que está hoje em vigor, não quer dizer que, no final do ano ainda esteja em vigor, independentemente da vontade das autarquias, irão ter essa descentralização, mas o está para decidir em 2019, considera ser precipitado decidir para 2020. Acha que o quadro atual do que têm para 2019 e desse ponto de vista, a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Adilo Costa, nomeadamente sobre as questões da saúde, é muito mais elucidativa sobre os erros que os mapas contêm, que especifica alguns dos lapsos e erros daquela transferência de competências, portanto, considera que esta

proposta que está em discussão é mais avulsa, mais política e que mistura até algumas questões que não estão em discussão.

Não vai votar favoravelmente esta proposta, porque tem alguns termos que não concorda, como referiu relativamente à regionalização e também pela questão do ano 2020, que considera que deve ser retirada e ser apreciada separadamente, pois o quadro que têm atualmente é relativo a 2019, e por isso considera precipitado decidirem relativamente a 2020. Portanto se retirarem a menção ao ano 2020, irá abster-se na votação da proposta, porque concorda com o princípio da descentralização e, por isso nunca votaria favoravelmente esta proposta, mas também concorda que a legislação que tem saído aos poucos, está em muitos casos, desadequada, tem sido mal negociada, tem provocado uma série de entropias e que o Governo e o Sr. Ministro da Administração Interna têm feito mais com esta legislação, pela centralização do que propriamente pela descentralização, mas de qualquer forma, acha que devem continuar a batalhar pela descentralização, independentemente dos erros que têm sido cometidos. Em suma, se retirarem a questão de 2020, irá abster-se; se insistirem em reprovar já a aceitação da descentralização de competências para 2020, então irá votar contra, porque considera ser precipitado.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que concorda com o Sr. Vereador Paulo Ribeiro quando referiu que o Sr. Ministro da Administração Interna está a deixar uma indefinição com esta legislação e curiosamente e também em teoria, estes diplomas que estão a discutir, a situações é mais gravosa do que em relação aos anteriores. Porque se em teoria e não por uma questão ideológica, se pudesse defender que este ou aquele diploma foi discutido anteriormente na reunião de Câmara em Águas de Moura, até poderia ser aceite, a verdade é que, a questão do tempo e de se ganhar o tempo para a discussão com o Governo é fundamental neste momento, sobretudo nos diplomas que são de nível nacional, porque é muito perigoso criarem assimetrias em termos territoriais, nomeadamente em matérias como a educação e a saúde. Portanto, se tivessem iniciado esta reunião pela proposta que irá apresentar mas à frente, onde apresenta um mapa de custos, de bens existentes e de recursos para analisarem caso a caso, se calhar, nestas áreas se já tivessem apresentado esse mapa, teriam aqui uma posição mais prudente. Esclarece o Sr. Vereador Raul Cristóvão que também não quer que o concelho de Palmela chegue atrasado a 2021, mas querem negociar, porque considera que o PS é que está a ser precipitado, a querer construir a casa pelo telhado. Se fosse possível discutir as questões ligadas à área da educação, da Cultura e da saúde animal com os mapas, se pudessem discutir caso a caso, tal como vão poder fazer em relação ao mapeamento que foi apresentado na área da saúde e que vão responder em 30 dias, para referir que depois de visitarem todos os centros de saúde no concelho, que o governo está enganado ou está a tentar enganar, porque, curiosamente, tiveram uma resposta da ARS-LVT que ajudou nesta linha de raciocínio que têm até à data sobre estas matérias da descentralização de competências. Portanto, esse é o diálogo que deve continuar a existir e têm

tempo, pelo que não é por capricho que rejeitam em 2019 e colocam para 2020, porque até 2021, esse tempo, permite discutir assuntos que são muito sérios e que vão mais além do que o interesse municipal, são do interesse nacional, nomeadamente a educação e a saúde.

Considera que não é aceitável aceitar de forma cega, independentemente do município ser da CDU, do PS ou do PSD, considera não ser aceitável este quadro, e se há diplomas que ainda poderiam ser aceitáveis, estes não são e os senhores têm consciência disso. Porque naquele em que é apresentado um mapeamento e puderam analisar com maior pormenor, podem chegar à conclusão de que não é aceitável. Atualmente a legislação, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, no artigo 8.º número 2 a definir; no artigo 9º número 2, as características dos equipamentos educativos e competências; mais adiante no artigo 12º número 2, os parâmetros técnicos; depois o artigo 27º número 1, os critérios, parâmetros técnicos de orientações fixados pelos departamentos governamentais; artigo 34º, ação social escolar, que virá para as autarquias mais não sabem bem no que consiste.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que o Sr. Vereador Adilo Costa está a pôr em causa a ANMP.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que sim, que coloca em causa a falta de consenso que era habitual haver na Associação Nacional de Municípios Portugueses e aquele consenso que no Congresso do Algarve vingou, foi imediatamente esquecido, pela inércia e pela 1ª vez, não houve consenso na ANMP, facto que considera, enquanto vereador do concelho de Palmela, como sendo muito triste.

O **Sr. Presidente** refere que tal como o Sr. Vereador Adilo Costa, também muitos outros vereadores da área do PS, aqui na Península de Setúbal também têm as mesmas reservas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que não é um processo sério, aliás exemplifica que seria como alguém assinar um contrato agora e colocar as cláusulas desse contrato numa outra altura, ou seja, é algo que não está correto.

Refere ainda que, felizmente, os vereadores dos municípios da Península de Setúbal, todos os vereadores da área da educação dos municípios da Península de Setúbal subscreveram um documento da Associação de Municípios da Região de Setúbal que foi entregue à Sra. Secretária de Estado Adjunta na passada terça-feira, na reunião de vereadores da Educação da e da Área Metropolitana de Lisboa, no qual levantou inúmeras dúvidas, desde as questões do transporte para crianças do pré-escolar, crianças no ensino especial, que eram competências do Governo e que agora querem passar para os municípios sem que os municípios tenham as condições necessária. Aliás, todas essas situações podem vir a ser concretizadas, mas faseadamente e tendo em atenção à questão da verba, dos custos associados, verba essa, que foi reprovada na Assembleia da República, portanto, falam numa verba em termos gerais, mas não especificam o quanto, nem para o quê.

Para terminar, dá mais uma nota que é referente ao papel do Ministério da Educação, ou seja, num quadro destes, “às cegas”, o papel do Ministério da Educação é tratar dos currículos e do pessoal docente e tudo o resto, que se dane, depois, quando surgir o problema fibrocimento e amianto da Escola Hermenegildo capelo e da Escola José Maria dos Santos, é à porta da autarquia que vêm bater e não vão à porta do ministério, enfim, o ministério lava as mãos como Pilatos. Portanto, isso não é justo.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que parece estar a assistir a um tipo de tragédia grega, ou seja, acha que a CDU faz aqui um cenário muito negro da situação. A posição do MIM em relação a esta matéria de transferência de competências é do conhecimento de todos, no entanto, deixa aqui um breve apontamento: de acordo com a lei-quadro da descentralização está previsto um período transitório até 2021, para que os municípios avaliem as suas condições para o desempenho das novas competências. Segundo a tutela, já cerca de 2 terços dos municípios aderiram a alguns setores e o Sr. Presidente até já referiu números. Dentro da Área Metropolitana de Lisboa aderiram os municípios do Barreiro, Lisboa, Montijo, Oeiras e Vila Franca de Xira. O município de Palmela segue as orientações dos outros municípios da CDU que declinam a aceitação de competências, que no entendimento do MIM, deveria aceitar a transferência de algumas competências e continuar as negociações com o Governo, porque em 2021 concretiza-se a efetivação dessas mesmas transferências e nessa altura, vão estar numa situação muito mais complicada, porque não se possui o conhecimento e a experiência do processo. Portanto, o MIM defende uma aprendizagem contínua e não a imposição sem margem de negociação, por isso mantem a posição e votará contra esta proposta.

O **Sr. Presidente** refere que percebe esta Santa aliança relativamente a alguns partidos e movimentos da oposição sobre esta matéria. Também percebe que há posicionamentos mais ou menos bem fundamentados e, com toda a frontalidade, afirma que da parte do MIM há uma ausência de estudo desta matéria, porque não acredita que, se percebessem e consultassem os documentos, teriam esta mesma posição, porque até costumam ser ponderados nestas questões e certamente, chegariam à conclusão que é impossível aceitar uma situação destas, nestes termos.

Considera que valia a pena consultar os mapas, porque aquilo que a Sra. Vereadora Palmira Hortense chamou à colação, não são razões que justifiquem revelar ou que revelem um conhecimento específico daquilo que aqui está em causa, tal como também no caso do PS, quando referem que Palmela segue as outras autarquias CDU, também já deu provas que há autarquias de outras as forças políticas e em número muito significativo que recusaram. Portanto, entre as que recusaram todas as competências e as que aceitaram apenas algumas representam a esmagadora maioria. Depois, sobre estes diplomas em concreto, os números ainda vão ser muito superiores no que diz respeito à rejeição, porque nestes diplomas, apareceram dados que são altamente lesivos, penosos e perigosos. Para além disto, rejeita

completamente essa ideia peregrina de que poderiam ir preparando-se aos poucos, enfim, estarão até final de 2019 para avaliar a situação daqueles municípios que aceitaram e ver o que é que fizeram. Acrescenta que a CDU considera que é necessário tempo para negociar, para melhorar estes diplomas, que quem os percebeu, já entendeu que isto é uma grande trapalhada. O Sr. Vereador Paulo Ribeiro já percebeu que há aqui grandes trapalhadas, independentemente da posição da descentralização, porque há matérias em que são a favor da descentralização, mas tem de ser bem contratualizada com os municípios. Porque, como é que é possível aceitar competências sem saber claramente que competências são, sem saber os custos e quanto é que vão receber. Aliás, até as competências que parecem mais simples, de natureza administrativa, e se atualmente o município de Palmela não tem na frente de atendimento capacidade para atender um número crescente de pessoas que se dirigem aos serviços municipais, como é que depois se resolve, tendo que fazer regulamentos, criar taxas, criar equipas para fiscalizar e equipas para regular. Portanto, espera que em 2021 haja descentralização, mas noutros termos, porque acredita que o Governo vai corrigir muitas destas questões que apressadamente aqui colocou e que já estão a ter fortes reações, também de autarquias da sua área política e de autarquias que têm centenas de milhares de habitantes e não daquelas autarquias de algumas zonas do país que têm pouca população e que têm condições para receber competências destas. Quaisquer destes concelhos que defendem esta posição e, não menciona o nome para não ferir nenhuma suscetibilidade, têm o direito à diferença e são concelhos que têm menos população do que, por exemplo, o Poceirão ou Marateca.

Refere ainda que uma matéria desta natureza não pode ser tratada desta maneira, e muito menos, não pode deixar de ser negociada com os municípios um conjunto de alíneas que estes diplomas, porque estes diplomas agora apresentados são de uma incapacidade gritante de clarificar. O PS tem de reconhecer o que não quer reconhecer, mas tem de reconhecer que aqui está um mau trabalho, o princípio é bom, mas o trabalho está a ser mal feito e é apenas esta a questão que diverge. De facto, é o PS que está obstinado naquilo que é o programa de Governo, aliás, o Sr. Vereador Raul Cristovão, para além de eleito, é também um responsável político da concelhia e, portanto, a federação manda fazer assim e os bem-comportados fazem assim.

Clarifica ainda o Sr. Vereador Paulo Ribeiro que estas questões vêm às reuniões descentralizadas, porque têm prazos para cumprir, porque para a semana que vem tem de ir à Assembleia Municipal. Acrescenta que consensualizou-se o princípio, mas fica para regulamentar depois e aí, é que deixou de haver consenso, porque consensualização não é votação por unanimidade nem o consenso na Associação Nacional de Municípios que não houve. A Associação Nacional de Municípios tem uma determinada representatividade político-partidária, mas bastava mudar alguns autarcas, precisamente porque mesmo na área política do PSD não têm todos a mesma posição sobre esta matéria. Nestes 3 diplomas em concreto,

considera que aceitar nestes termos é contraproducente, não vai haver capacidade, nem melhor serviço às populações e é evidente que os senhores estão do outro lado e poderão dizer o contrário, sobretudo quem está longe de alguma vez, poder assumir responsabilidades desta natureza, não faz a mínima ideia do como se operacionaliza este tipo de questões.

Em suma, pretende-se que em 2021 haja uma outra descentralização bem negociada, correta com os municípios que permita, efetivamente operacionalizar aquilo que pode significar, com os meios e os recursos indispensáveis, um melhor serviço às populações; de outra forma é alijar responsabilidades, criar problemas aos municípios e colocar as pessoas a reclamar. Enfim, é um estado e um conceito de governação que a CDU não partilha.

Refere que está entendido o posicionamento, mas quem delibera em definitivo sobre esta matéria é a Assembleia Municipal. Aqui, esta proposta reproduz considerandos da anterior e inova naquilo que é novo, porque estão a falar de 3 diplomas em particular. Refere também algumas gralhas presentes na proposta, nomeadamente na parte final da proposta (...“reafirmar a não aceitação de transferência de competências em 2019 e 2020”); nestes 3 diplomas, Sr. Vereador Paulo Ribeiro, nem em 2020, isto estará clarificado pelo andar da carruagem e cá estarão para ver se o Governo vai ter capacidade para clarificar estas coisas. Por outro lado, até às eleições muita água vai correr debaixo da ponte, e espera que as eleições ajudem a melhorar a proposta de descentralização e a rever, sobretudo, estes princípios e a clarificação dos meios e do financiamento.

Esta posição da CDU não é só uma atitude de prudência, é uma atitude de defesa dos interesses das populações e dos munícipes, porque isto vai prejudicar o trabalho da autarquia. Efetivamente, não estão garantidas as condições para que a descentralização seja feita sem a clarificação dos meios e destas regras, porque nas matérias que os municípios foram recebendo competências ao longo dos anos, conseguiram fazer melhor que o Governo, mas houve clarificação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o relatório da Associação Nacional dos Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, sobre a questão dos funcionários nas escolas que fecham escolas por escassez de funcionários, enfim, isto é uma realidade, mesmo nos municípios que aceitaram o contrato de delegação de competências, o anterior, quando um trabalhador está de atestado, tem de colocar outro no seu lugar e, quem vai pagar esse contrato, não vai ser o ministério, vai ser pago, portanto, o relatório aponta como principais razões para a escassez de funcionários operacionais, as baixas médicas de longa duração em um em cada 10 funcionários, mas as carências são muitos superiores, aliás o rácio não corresponde à realidade e o Sr. Vereador Raul Cristovão já disse em reuniões da escola, sobre esta matéria que este rácio não é verdadeiro, inclusivamente já teve de encerrar Escola Secundária de Palmela por setores.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que não estão a falar de situações em que a Escola Secundária de Palmela tinha 21 funcionários e precisava 33 e sabe bem quando disse o que disse e quando o disse, porque foi quando era diretor da escola e foi durante um governo do PS. Refere que em defesa daquilo que acha mais justo agora, por exemplo, a Escola Secundária de Palmela, vai ficar com o quadro completo em assistentes operacionais e mais 3 assistentes administrativos para a secretaria e, portanto, é um bom exemplo que, para já, essa situação fica resolvida. Portanto, o problema não é de hoje, não será resolvido daqui a 6 meses, é um problema que vem de anos e que é uma situação que nunca foi resolvida.

O **Sr. Presidente** refere que este assunto foi chamado á colação para dar um exemplo de que um ministério, numa operação desta natureza descentralização devia fazer e se essa escola funciona com 40 funcionários operacionais, deveria atribuir a verba para esses 40, e mesmo assim, não iria chegar. Portanto, quando correr mal nas autarquias, vai ser bem pior. Por exemplo no caso do pré-escolar, a Câmara Municipal cumpre o número de funcionários, mas considera injusta ter de tirar dinheiro que tem para outras competências, para pagar as competências que o ministério quer transferir à força para as autarquias, negociando mal. Portanto, os senhores acham que isto deve ser aceite de qualquer maneira, a CDU acha que só pode ser aceite se for bem negociado e é esta a diferença dos senhores que têm um calendário político para cumprir a qualquer preço. A CDU defende os interesses da população dizendo que esta matéria só se resolve se for bem negociado e o tempo vai continuar a dar razão, na medida em que já aconteceu assim no passado, que quem foi resiliente, conseguiu negociar melhor, conseguiu receber outras condições de trabalho que aqueles que aceitaram logo no início.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos/as Srs./as Vereadores/as Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e Palmira Hortense, e a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, tendo o Sr. Presidente assumido o voto de qualidade. Aprovado em minuta.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Atualização da verba anual destinada a comparticipar nos custos dos seguros das viaturas de emergência.

PROPOSTA N.º SMPC 01_07-19:

«Por deliberação da Câmara Municipal os protocolos de apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP) atualmente em vigor, aprovados na reunião pública de 20 de fevereiro de 2019, preveem a atualização da verba anual destinada a comparticipar nos custos dos seguros das viaturas de emergência, de acordo com o n.º 2 da Cláusula Quarta do

Protocolo, do referido protocolo, a transferir por inteiro até ao último dia útil do mês de junho e que importa atualizar para o ano de 2019.

Para além da atualização do número de viaturas (refletindo os ajustamentos decorrentes da aquisição e/ou abate de viaturas ocorridos no ano transato, bem como, eventuais alterações da sua tipologia), não se introduziu qualquer outra alteração na prática adotada nos anos anteriores relativamente a esta comparticipação, destinada a custear as despesas assumidas pelas Associações com os seguros das viaturas de emergência.

Em face do exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a aprovação da adenda aos Protocolos de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, celebrados com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, anexa à presente proposta, a qual formaliza as seguintes atualizações ao protocolo em vigor:

1. A atualização dos montantes das comparticipações destinadas a custear as despesas assumidas pelas Associações com os seguros das viaturas de emergência, refletindo os ajustamentos decorrentes da aquisição e/ou abate de viaturas ocorridos no ano transato, bem como eventuais alterações da sua tipologia:

Associação	N.º Viaturas	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	33	7.430,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	30	6.729,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	22	4.975,00
TOTAIS	85	19.134,00.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Candidatura RMAA 2018 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Moradores “Quinta da Torre” – Autorização para alteração do objeto do subsídio atribuído.

PROPOSTA N.º GPC 01_07-19:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoiar entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, nos termos das alíneas o) e u) do nº 1, do

artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas e), f) e m) do nº 2 do artigo 23º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o RJAL;

- através da promoção do movimento associativo do concelho, a autarquia contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora que produz reflexos no bem estar das comunidades locais;

- a Associação de Moradores da Urbanização “Quinta da Torre” dedica-se ao desenvolvimento de atividades em benefício da comunidade onde está inserida, na prossecução da sua missão, nomeadamente na organização de eventos entre associadas/os, reuniões com moradoras/es conducentes à criação e dinamização de processos de interesse do Bairro;

- a Associação, não dispondo de uma sede social, reunindo na residência dos membros dos órgãos sociais, candidatou-se, em 2018, no âmbito do RMAA, a um subsídio para aquisição de um casa de madeira para sede provisória da Associação de Moradores, atribuído em Sessão de Câmara realizada em 16 de maio de 2018, no valor de 800,00 € (oitocentos euros), para esse fim;

- coincidindo com a insuficiência da verba atribuída para o efeito, foi oferecido à Associação um contentor em boas condições, pelo que colocam-nos a questão de reutilizarem a verba recebida, já não para a aquisição de uma casa/sede mas para a instalação do respetivo contentor, incluindo o transporte e reabilitação do mesmo;

Face ao interesse da Câmara Municipal de Palmela em colaborar na criação das condições para a instalação de uma sede através da cedência do terreno e da atribuição de apoio financeiro para esse efeito, propõe-se que:

- seja autorizada a alteração do objeto do subsídio atribuído no valor de 800,00 €, conforme proposta de reutilização da verba agora apresentada pela Associação, para o transporte e reabilitação do contentor, uma vez que se mantêm os pressupostos que estiveram subjacentes na atribuição do subsídio inicial.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Pronúncia da Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

PROPOSTA N.º DEIS 01_07-19:

«Com a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, foi estabelecido o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Deste ordenamento jurídico constam os princípios e as linhas mestras da descentralização de diversas áreas das políticas públicas, nomeadamente a saúde.

A concretização dos termos da transferência neste domínio integra o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

Assim, e nos termos do n.º 1, do artigo 25.º deste diploma, a Câmara Municipal foi notificada para, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, se pronunciar sobre o projeto de mapas que identificam os montantes financeiros associados *"ao exercício anual das competências transferidas, e os imóveis afetos a cuidados primários de saúde cujas competências de gestão, manutenção e conservação"* a transferir para o município.

Da análise da proposta em questão, considera-se que:

No prosseguimento das posições tomadas pela Câmara Municipal, em matéria da transferência de competências para as Autarquias Locais, neste caso no domínio da Saúde, a proposta de mapa de encargos financeiros rececionados merece-nos as maiores reservas.

Por entender que a situação dos cuidados primários de saúde em Palmela sempre denotou uma carência estrutural na resposta existente no território concelhio, com graves repercussões na saúde e bem-estar das populações, em virtude da falta crónica de médicos de família, não se afigura que uma descentralização de competências do tipo proposto venha resolver anos de desinvestimento numa área tão crucial para a vida e bem-estar das populações como é a da saúde.

A principal questão tem radicado na elevada percentagem de utentes sem médico (21,1%, em janeiro de 2018) num concelho de assimetrias entre os núcleos rurais e urbanos, com uma dimensão geográfica de 465 Km², servido por uma rede de transportes públicos deficitária.

Tem sido, por conseguinte, uma preocupação constante da Autarquia a melhoria da prestação dos cuidados de saúde primários no concelho, pugnando pela qualificação dos equipamentos de saúde existentes, e cedendo terrenos para implantação de novas Unidades, bem como pela redução do número de utentes sem médicos de família, considerada um dos mais graves problemas com que o município se tem debatido, nesta área, ao longo dos anos.

A descentralização de competências no domínio da saúde proposta, e respetivos montantes financeiros constantes nos mapas ora dados para pronúncia, representa essencialmente uma

descentralização de encargos, numa conjuntura em que se verificam, para além das já apontadas, carências aos níveis de:

- **Mapa 2 - Recursos Humanos - assistentes operacionais**, em que, para além dos 10 trabalhadores a prestar serviço, são necessários contratar mais sete, incluindo a nova Unidade de Saúde de Pinhal Novo, que entrará em funcionamento no corrente ano, de acordo com informação posterior da ARSLVT. Ressalta, assim, a necessidade de contratação de mais pessoal para assistente operacional (AO). Salienta-se que, se esta carência não for entretanto satisfeita, a verba a transferir não irá cobrir a despesa correspondente;
- **Mapa 3 e 4 - Conservação dos imóveis existentes e respetivas necessidades de obras de recuperação**, em que as verbas a atribuir não serão suficientes para suportar as obras elencadas, através de levantamento efetuado pelos serviços técnicos desta autarquia, nos últimos dias. Analisando a forma como foi estabelecido o Vm2 (custo de manutenção por m2 de área bruta de cada edifício) constatamos que os valores anuais vão subindo em função da idade dos edifícios, o que se afigura adequado. No entanto, deveria existir um fator corretivo que tivesse em atenção as diferenças de materiais e soluções implementadas em cada situação, já que existem materiais diferentes que motivam custos de manutenção e conservação, também, muito diferentes ao longo da sua vida útil.

A Unidade de Saúde de Águas de Moura está em funcionamento desde 1998, ou seja há 21 anos, pelo que o preço do Vm2 a considerar deverá ser de 17 € e não 14 €.

As unidades de saúde de Bairro dos Marinheiros, Venda do Alcaide e Brejos do Assa foram construídas há cerca de 40 anos, encontram-se no final da sua vida útil, razão pela qual deixaram de ser economicamente sustentáveis uma vez que os custos associados a uma grande intervenção que permita ajustar as suas características/condições, às necessidades e exigências atuais (por exemplo ao nível do isolamento térmico, eficiência energética, sistemas de deteção de incêndio, cumprimento de legislação associada a acessibilidades) tornam-se mais penalizadores quando comparados com os custos associados à construção de novos edifícios, para o que se deve considerar um valor de 850€/900€ por m2 de área bruta.

As unidades de Venda do Alcaide e Brejos do Assa são apresentadas como imóveis arrendados o que não corresponde, pois a construção destes edifícios resultou da colaboração entre as Comissões de Moradores e a Autarquia, na década de setenta e deveriam atualmente ser edifícios próprios da ARSLVT (o que impedirá a transferência de propriedade ao abrigo da transferência de competências e acrescerá custos para a autarquia para legalização da situação), razão pela qual deveriam constar do Mapa 3 e verem afetadas as suas áreas Brutas de Construção, com um Vm2 de 17 €, uma vez que já têm mais de 19 anos de existência.

- **Mapa 5 - Dos encargos financeiros inerentes à logística e funcionamento das Unidades** que se encontram atualmente a funcionar sem um plano de intervenção nas situações e problemas mais urgentes, que poderão comprometer “ as adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações”, requeridas pelo processo de transferência.

Se se poderá questionar os valores referentes ao fornecimento de eletricidade, gás, água e saneamento, reparações e manutenção de equipamentos, ao pagamento de serviços de limpeza (adjudicados a uma empresa do ramo), a manutenção dos sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado, incluindo o sistema AVAC e as despesas com as atividades de apoio à vigilância e segurança, por falta de conhecimento efetivo dos valores que serão necessários para assegurar “ as adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações”, mais preocupante, ainda, é o facto de que estas não se encontrarem cobertas por qualquer tipo de seguro (verifica-se ausência de qualquer pagamento de seguros), que não se proceda ao tratamento dos espaços exteriores e de acesso aos equipamentos de saúde e que não se verifiquem despesas no reforço dos transportes necessários à prestação de cuidados de saúde, atendendo ao número de viaturas (oito) referenciada pela ARSLVT, como pertencendo a todo o ACES Arrábida, tendo estas de ser, consequentemente, partilhadas pelos três Centros de Saúde dos territórios de Setúbal, Palmela e Sesimbra. Refira-se, também, que os anos de origem de cinco das viaturas aconselham ao abate técnico das mesmas.

Quanto aos motoristas desconhece-se, por falta de informação de que forma a sua eventual integração se repercutirá nas contas da autarquia.

Não se identificam igualmente as despesas com a gestão e encaminhamento dos resíduos hospitalares produzidos em cada Unidade de Saúde, que carecem de um tratamento específico, do qual não surge expressa a informação deste serviço estar ou não a ser efetuado pelos serviços de limpeza da empresa contratada para o efeito.

Também não se identificam despesas ao nível de contratos de manutenção e gestão dos sistemas de alarme contra intrusão e das centrais de incêndios e respetivos sistemas associados.

Será, ainda, necessário reforço de verba para contrato de manutenção em elevador a instalar na UCSP- Pinhal Novo 6 (Zeca Afonso), que constitui uma reivindicação de longa data, dos utentes daquela unidade.

No que respeita aos contratos de arrendamento, seria pertinente conhecer com detalhe o teor dos mesmos, dado que o processo de devolução das instalações, quando tal se verificar, implica um custo de reposição significativo, que não se encontra previsto em nenhum mapa de encargos financeiros.

Face ao exposto e de acordo com o n.º 2, do artigo 25º, do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, propõe-se que a Câmara Municipal se pronuncie negativamente quanto aos mapas remetidos a esta autarquia, ao abrigo do n.º1, do artigo 25º, do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro.»

Sobre a proposta de Pronúncia da Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do artigo 25º, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, numerada DEIS 01_07-19 intervêm:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que nesta matéria da descentralização de competências, deveria acontecer, tal como aconteceu com esta questão em que a autarquia recebeu os mapas de encargos e só depois é que discute a transferência de competências. Portanto, sobre esta proposta informa que a autarquia vai responder a 3 Secretários de Estado a posição sobre a questão da transferência de competências, no caso concreto de Palmela relacionado com as extensões de saúde. A Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, legislação da transferência de competências para as autarquias locais, incluindo neste caso concreto, a questão da saúde e depois o Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro e que no n.º1 do artigo 25º desse diploma, refere que “a Câmara Municipal foi notificada para, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, se pronunciar sobre o projeto de mapas que identificam os montantes financeiros associados *“ao exercício anual das competências transferidas, e os imóveis afetos a cuidados primários de saúde cujas competências de gestão, manutenção e conservação”* a transferir para o município. Portanto, de pouco adianta estar a reafirmar que o concelho de Palmela tem falta de médicos de família, com uma percentagem de 21,1% de utentes sem médico de família, com assimetrias graves, nomeadamente na zona nascente e poente do território, onde se inclui aqui esta zona que tratando-se de núcleos mais dispersos, têm inúmeras carências.

Em relação aos mapas e à descentralização de competências no domínio da saúde, a posição da autarquia é a seguinte:

No que se refere aos recursos humanos, é intenção transferir os assistentes operacionais, sendo que estão referidos 10 trabalhadores, mas depois de questionarem a ARSLVT, esta entidade que é quem tutela a área da saúde na área Metropolitana de Lisboa, referiu que menos de 16 assistentes operacionais, mais um para o novo Centro de Saúde de Pinhal Novo não seria possível. Portanto, logo aqui as contas não batem certo, sendo que ficam em falta 7 funcionários.

Quanto à conservação dos imóveis existentes e respetivas necessidades de obras de recuperação, as verbas a atribuir não são suficientes para suportar as obras elencadas, o valor do metro quadrado, o custo de manutenção por metro quadrado da área bruta de cada edifício, devia ter um fator corretivo que tivesse em conta as diferenças materiais e as soluções implementadas para cada caso, uma vez que são extensões de saúde diferentes, ou seja, não se pode comparar a extensão de saúde de Quinta do Anjo, com a extensão de saúde de Venda

do Alcaide ou até mesmo com a de Águas de Moura que tem 21 anos, portanto, os custos de manutenção são diferentes, ou seja, referem um custo de 14€ por metro quadrado quando deveria ser de 17€ por metro quadrado e, já para não falar das extensões de saúde de Bairro dos Marinheiros que têm cerca de 40 anos e que estão tecnicamente em fim de vida útil, e que têm necessidades de grandes intervenções para que criar condições que hoje são exigíveis de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente as acessibilidades, a eficiência energética, o sistema de deteção de incêndios, o cumprimento de todas regras e as verbas propostas não chegam para suprir estas necessidades.

Refere ainda que os mapas entregues contêm alguns erros técnicos, porque, por exemplo, identifica a extensão de saúde de Venda do Alcaide e de Brejos do Assa como imóveis arrendados, quando não estão arrendados, são imóveis que foram adquiridos num acordo de colaboração entre as autarquias e os moradores.

Relativamente aos encargos financeiros inerentes à logística e funcionamento das unidades de saúde que se encontram atualmente a funcionar, não têm um plano de intervenção nas situações e problemas mais urgentes, que poderão comprometer as condições de funcionamento e segurança das instalações, como por exemplo, as questões relacionadas com a manutenção dos sistemas de aquecimento e ventilação de ar condicionado em que a maioria das extensões de saúde do concelho, infelizmente, não tem. Refere ainda que a maioria destas instalações não têm seguro, aliás, até a ARSLVT reconhece este problema. Relativamente à questão dos espaços exteriores, é mais um problema que ninguém parece conseguir resolver, o acesso aos equipamentos, a mesma problemática, enfim, nesta matéria, o Ministério nem sequer prevê atribuir nenhuma verba.

Alerta para mais um problema muito complicado, que está relacionado com as viaturas, a ARSLVT refere 8, como pertencendo a todo o ACES Arrábida, mas dessas 8, 5 dessas viaturas já deveriam ter sido abatidas, ou seja, seria necessário a aquisição de novas viaturas. Para além disto, junta-se o problema do total desconhecimento referente ao conjunto de funcionários motoristas afetos a este tipo de serviços. Depois, numa última nota, de conhecimento geral, refere que a unidade de cuidados da comunidade que pertence ao ACES Arrábida, que mesmo querendo trabalhar, não havendo verba disponível para o combustível, não podem efetivamente prestar serviço, e isso é muito preocupante.

Por fim, em relação aos auxiliares, o ultimo problema que foi registado há cerca de 5 anos, nas unidades de saúde de Quinta do Anjo, Brejos do Assa, Poceirão e Águas de Moura, não foi por falta de médicos, mas sim, por falta de auxiliares. ~

O **Sr. Presidente** refere que esta consulta, pese embora a forma como foi feita, obriga a autarquia a decidir em reunião de Câmara relativamente à justeza ou não destes mapas, tem o mérito de ajudar, pelo menos, a localizar e identificar as insuficiências que têm vindo a falar sobre os outros diplomas. A Câmara recebe este mapa a identificar estas extensões, para obras

de conservação é o valor (x) por metro quadrado, com todas as insuficiências; atribui verba para 10 funcionários, quando são necessários 17, número que tem sido reclamado pelo ACES Arrábida à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e, portanto, isto é fundamental ser feito nesta fase, mesmo que venha a existir em 2021 a efetiva descentralização, porque se os municípios não se pronunciarem agora, é como se os problemas e estas carências não existissem e a verba que vier a ser atribuída aos municípios, vai ser insuficiente, porque vai ter por base um número errado das necessidades efetivas e que estão identificadas.

Considera que é a altura de os municípios identificarem estas carências, estas situações e que esta discussão está muito acima da questão de quem é contra ou a favor, porque para já, urge identificar as necessidades e dizer que estes mapas não correspondem. Com estes mapas a resposta tem de ser negativa e o município terá de ser consultado no futuro, com outros mapas, porque se efetivamente chegarem a 2021 para implementar a descentralização nesta área específica, espera-se que, na altura já existam outras melhorias nos diplomas, com contas reais e não com estas contas erradas.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que em 1.º lugar, a posição que o PS tem sobre a descentralização e que sempre teve, é a de que a descentralização aproxima e melhora as decisões enquanto autarcas dos problemas das pessoas e aproxima, sobretudo, as pessoas dos decisores, obrigando a uma melhor escrutinação do trabalho que fazem enquanto autarcas. Aliás, existe um quadro de honra, uma medalha de ouro para as autarquias, que é a despesa das autarquias, os défices das autarquias e não foram estes que contribuíram para o grande défice do país, portanto, todos têm a noção e acha que isso é transversal a todos, que as autarquias gerem melhor, estão mais próximas e conhecem melhor os problemas das populações, porque são capazes de ser mais bem escrutinadas, porque há uma necessidade de resolver primeiro.

Toda estas questões e não havendo dinheiro infinito e vivem no país que têm, não podem inventar outro, tudo isto leva a um paradigma completamente diferente da gestão autárquica. Refere que vai ser necessário priorizar outras situações, vão ter de mudar muitas filosofias de gestão autárquica que foi feita até hoje e, portanto, a proposta em si, logicamente que enquanto autarcas e conhecedores das necessidades do concelho de Palmela, não deixam de estar e ficar preocupados com estes problemas. Nunca vão ter uma transferência que vá ao limite das necessidades, mas têm de lutar pela melhor transferência das competências. Refere que tem conhecimento que existe autarquias, quer da Área Metropolitana de Lisboa, quer de fora, que aceitando estas competências estão a negociar estas verbas. A autarquia de Palmela com maioria da CDU acha que não deve aceitar para negociar, para ver se recebe mais verbas. Mas há Câmaras que aceitaram e que estão a negociar com o Governo uma forma de redimensionar todo este problema dos quadros que, como a autarquia de Palmela tiveram acesso e, portanto, há aqui uma perspetiva diferente.

O **Sr. Presidente** refere que o que o Sr. Vereador Raul Cristovão está a dizer não é verdade.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que é verdade porque ainda ontem falou com um Presidente de Câmara que está nesta situação. A verdade é que a autarquia de Palmela poderia ir mais além e mais depressa. No entanto, neste setor da saúde há aqui questões que preocupa o PS e que devem ser melhor negociadas e melhor trabalhadas com o Poder Central, porque efetivamente, não se pode aceitar tudo desta forma sem, pelo menos, chegar a valores mais próximos da realidade. Portanto, nesta proposta, ao contrário da proposta apresentada no início da reunião de Câmara, o PS vai abster-se, para dar espaço à autarquia para negociar e, espera que autarquia apresente o resultado dessa negociação, para que depois possam apreciar esta competência.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que tal como havia referido sobre a proposta do ponto n.º 1 desta ordem de trabalhos, o MIM defende que a autarquia aceite a transferência de algumas competências. No caso desta proposta e tratando-se de uma matéria complicada, a saúde, e de facto, existem aqui muitas lacunas, pelo que considera que a autarquia deve continuar as negociações com o Governo e espera que em 2021 os resultados sejam diferentes, portanto o MIM vai abster-se.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que já tinha dito quase tudo na anterior proposta sobre estas matérias, mas relativamente a esta, sendo é mais objetiva, até porque têm os números mais claros e mais visibilidade do que está em causa. Portanto, mantém a abstenção, pelo mesmo princípio, não deixando de dizer que a dúvida persiste, ou seja se a margem de negociação vai ser feita caso a caso ou se vai continuar a ser na lógica da Associação Nacional de Municípios ou do conjunto das autarquias, que parece ser isso que vai acabar por acontecer.

Uma outra questão que considera importante é, ter bem presente a transferência de competências e descentralização, seja qual for o modelo a aplicar, vai ter sempre como perspetiva a poupança de recursos públicos, disso não há dúvidas. Mas, obviamente que aqui há uma maximização do defeito de verbas, nesta área da saúde, nota-se por alguns números apresentados e até alguns erros técnicos, nomeadamente, a extensão de saúde de Águas de Moura, cujas verbas ficam aquém daquilo que o Decreto-Lei e o mapa perspetivam, em termos de custo por metro quadrado. Porém, o objetivo será sempre poupar e, portanto, poupar recursos ao Estado que não são finitos, das autarquias também não são finitos, mas tal como o Sr. Vereador Raul Cristovão referiu e bem, a questão da proximidade da decisão faz poupar recursos, nomeadamente, em termos de burocracia e, portanto, também nesta proposta vai abster-se.

O **Sr. Presidente** clarifica que não há negociações casa a caso, o que está a ser feito neste diploma em concreto, é algo que até é útil e que devia ter sido feito para os outros diplomas, ou seja, deviam ter sido apresentados os mapas e os custos que têm, criando a oportunidade de serem corrigidos, que é aquilo que a autarquia está a fazer.

Cada município identifica aquilo que é real no seu território, porque efetivamente, a Administração Central está errada e não sabe, sequer, de quem é a posse de determinados Centros de Saúde, portanto,

Considera que este é o exemplo e o princípio de uma contratualização, ou seja, enviam determinados dados para serem confirmados e depois, os municípios conferem, corrigem ou confirmam. Quando se fizer as descentralizações, é nestes termos que têm de se fazer, porque assim é que está correto. Aliás, depois destas evidências, muito iria estranhar se o sentido de voto fosse o de rejeitar esta pronúncia, porque esta proposta é uma pronúncia eminentemente técnica, cujos dados, os números nem foi a autarquia a deduzir, foram apontados por quem ainda está a gerir esta área da saúde

Depois esclarece que esse princípio peregrino da poupança dos recursos dá a entender que as autarquias sabem fazer milagres. Pelo contrário, a poupança dos recursos e o Sr. Vereador Paulo Ribeiros sabe quando começou, em outros tempos começaram a destruir a “máquina” do Estado Central, que, efetivamente não rentabiliza tanto o euro, mas era bom e quando se diz que isto vai reduzir a despesa do Estado, espera que sim, porque vão ter de fechar os ACES e mandar funcionários que se encontram atualmente a gerir, embora, porque depois quem vai gerir são os municípios. Interroga quem é que vai processar os vencimentos, quem é que vai dar o equipamento, quem é que vai tratar da saúde ocupacional destas pessoas, portanto, tudo isto tem custos, não é só pagar o salário dos trabalhadores, existem outros custos associados e é por isso que a autarquia de Palmela tem uma Divisão de Recursos Humanos, que gasta mais ter 800 trabalhadores ou ter 1300 daqui a 3 anos, aí vai gastar mais.

Também considera que uma verdadeira descentralização e regionalização esvaziariam muitos organismos intermédios, CCDR, direções-gerais, entre outras, o que provavelmente iria provocar despedimentos na administração central. De facto, estes organismos intermédios podem desaparecer, reposicionar esses trabalhadores e deixar de uma vez as regiões fazerem o seu trabalho.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/as Srs./as Vereadores/as Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo, Paulo Ribeiro e Palmira Hortense. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Redenção de Quinta do Anjo.

PROPOSTA N.º DEIS 02_07-19:

«A Diocese de Setúbal, coincidindo praticamente com a Região Pastoral de Setúbal, foi formada no Patriarcado de Lisboa em 1966 e ereta em 1975 pela bula *Studentes Nos* do Papa Paulo VI.

O território da Diocese de Setúbal abrange 9 dos 13 concelhos do distrito de Setúbal: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal e ainda três parcelas territoriais que integram a paróquia da Comporta. Pastoralmente está dividida em 7 vigararias forâneas: Almada, Barreiro-Moita, Caparica, Montijo, Palmela-Sesimbra, Seixal e Setúbal.

De acordo com a subdivisão territorial desta Diocese, que compreende a organização por Paróquias, regista-se um conjunto de 59, entre elas a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Redenção, sita na Rua João de Deus, na freguesia de Quinta do Anjo.

Esta é uma instituição reconhecida pela sua dinâmica e referência na vida daquela comunidade, destacando-se, no que diz respeito a manifestações religiosas, a Procissão da Nossa Senhora da Redenção, na Festa de Todos os Santos, que é hoje uma atividade que marca claramente o calendário litúrgico da freguesia. Igualmente é de referir a importante atividade do Agrupamento 504 do Corpo Nacional de Escutas Quinta do Anjo, composto por um total de 126 associados, cujas reuniões e iniciativas são realizadas nas suas instalações.

Recentemente, esta Igreja procedeu a uma obra de beneficiação realizada no muro externo do adro do edifício, a qual teve um custo de 1.500,00 €. Por se tratar de um edifício com valor patrimonial concluído em 1909, com um exterior de influências de arquitetura neoclássica, que foi objeto de obras internas em 1983 e 2015, esta obra apresentou-se como prioritária para a melhor manutenção e conservação do prédio. A intervenção ainda que tenha beneficiado do apoio da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, representou, para esta entidade, um custo acrescido.

Assim, considerando o papel que esta Igreja desempenha no município, designadamente na defesa da cultura e tradições, bem como a sua intervenção na organização de atividades de apoio social, **propõe-se**, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro no valor de 500,00 € (quinhentos euros), à Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Redenção de Quinta do Anjo, destinado a comparticipar nas despesas com a intervenção realizada no edifício.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro às escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares 2018/2019.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_07-19:

«A Câmara Municipal de Palmela organiza em parceria com as Escolas Básicas e as Escolas Secundárias desde o ano letivo 1989/1990, o Programa Jogos Desportivos Escolares.

Este programa de desenvolvimento desportivo contempla a Fase Intraescola, com a realização dos quadros competitivos internos de cada estabelecimento de ensino, bem como a Fase Inter-escolas que contempla a realização de competições entre as escolas no 1.º período, entre 1 a 5 de abril, e no 2.º período, entre 11 e 13 de junho.

A Câmara Municipal de Palmela assegura a coordenação da gestão desportiva assente na função administrativa através do plano anual de atividades, calendário semanal dos jogos, plano de transporte, plano logístico, bem como a função financeira através da disponibilização do apoio financeiro que tem como objetivo a comparticipação dos custos com a realização das atividades desportivas em cada escola.

Os grupos disciplinares de Educação Física têm como competência a definição da calendarização, as funções de receção das inscrições, a estruturação e a realização dos diversos quadros competitivos de acordo com as infraestruturas desportivas dos estabelecimentos de ensino.

Ao longo das vinte e nove edições realizadas, milhares de alunos tiveram a possibilidade de praticar várias atividades físico-desportivas, vivenciar novas experiências e de se envolverem, salutarmente, no âmbito da prática desportiva através das oportunidades que este programa proporciona.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e u), do n.º 1, artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição do apoio financeiro global de € 3.000,00 (três mil euros), aos estabelecimentos de ensino a seguir indicados, com o objetivo de comparticipar os custos da organização dos Jogos Desportivos Escolares 2018/2019:

- | | |
|---|------------|
| • Escola Básica Hermenegildo Capelo | € 600,00; |
| • Escola Básica José Maria dos Santos | € 600,00; |
| • Escola Básica José Saramago | € 600,00; |
| • Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Palmela | € 600,00; |
| • Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Pinhal Novo | € 600,00.» |

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro às escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares 2018/2019 numerada DCDJ 01_07-19 intervém:

O **Sr. Presidente** refere que este é um apoio direto às escolas por estarem envolvidas no projeto dos Jogos Desportivos Escolares.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito do Programa Municipal de Teatro.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_07-19:

«A autarquia reconhece aos grupos de teatro de amadores a importância da sua intervenção na comunidade, revelando-se fundamentais na formação de públicos. Com o objetivo de estimular a criação e a prática do teatro, tem a autarquia concedido apoio financeiro aos grupos de teatro de amadores do concelho, no âmbito do Programa Municipal de Teatro.

A atribuição dos respetivos apoios tem em conta a regularidade na atividade, a participação em programas e projetos municipais, o envolvimento com a comunidade, a valorização da formação e sensibilização, o envolvimento de grupos sociais vulneráveis, crianças, jovens e idosos, a itinerância e as parcerias locais, nacionais e internacionais.

São considerados para apoio os grupos que desenvolvem trabalho relevante e não tem apoio da autarquia através de protocolo de cooperação.

Nestas condições estão o Grupo de Teatro Amador Ensaiarte, Associação Teatro Sem Dono, Associação ATVK - Associação Teatro da Vila, Teatro dos Barris - Associação e Grupo de Teatro "As Avózinhas".

O Grupo de Teatro Amador Ensaiarte desenvolve trabalho regular e faz circular os seus espetáculos em itinerância em todos os equipamentos culturais municipais, em particular no Auditório Municipal de Pinhal Novo. Mobiliza muito público nos seus espetáculos e apresenta grande dinamismo no trabalho com a comunidade. Tem responsabilidade na programação de teatro em Pinhal Novo, nomeadamente no Auditório Municipal, em parceria com a autarquia e outras associações e grupos de teatro da vila.

A Associação Teatro Sem Dono mantém grande dinâmica com apresentação de diversos trabalhos e participa em diversos desafios vindos da comunidade e da autarquia. Tem responsabilidade na programação de teatro em Pinhal Novo, nomeadamente no Auditório Municipal, em parceria com a autarquia e outras associações e grupos de teatro da vila. É um parceiro ativo nas iniciativas da área da Juventude.

A ATVK - Associação Teatro da Vila desenvolve um importante trabalho com crianças representando uma grande mais-valia na formação de atores/atrizes e de público. Partilha projeto com outros grupos de teatro e aborda temáticas muito pertinentes. Tem responsabilidade na programação de teatro em Pinhal Novo, nomeadamente no Auditório Municipal, em parceria com a autarquia e outras associações e grupos de teatro da vila.

O Teatro dos Barris – Associação continua a residir em Vale de Barris no Teatro O Bando. Participa em projetos do Bando, para além dos seus próprios projetos, envolvendo-se em ações dinamizadas pela autarquia.

O Grupo Teatro “As Avózinhas”, com atividade estritamente ligada à FIAR – Associação Cultural (entidade com trabalho desenvolvido na área artística), apresenta trabalhos no FIAR e Queima do Judas.

Assim, e em conformidade com as alíneas o) e u), n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, propõe-se a aprovação do apoio financeiro no valor global de € 4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros), distribuídos da seguinte forma:

- Grupo de Teatro Amador Ensaiarte – € 1.000,00 (mil euros);
- Associação Teatro Sem Dono – € 1.000,00 (mil euros);
- ATVK - Associação Teatro da Vila – € 1.000,00 (mil euros);
- Teatro dos Barris - Associação – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros);
- Grupo de Teatro “As Avózinhas”, representado pela FIAR - Associação Cultural - € 750,00 (setecentos e cinquenta euros).»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro no âmbito do Programa Municipal de Teatro numerada DCDJ 02_07-19 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a proposta é clara, os valores são os mesmos do ano passado e, portanto, conhecem o trabalho dos grupos e nada a opor. Porém, a forma de como a proposta foi entregue, mais uma vez sem a documentação, por exemplo, do Teatro Amador Ensaiarte com a justificação que não existem pedidos de apoio a subsídios municipais por parte do grupo, mas ainda no ano passado foi apoiado, portanto, deve haver documentação ou estar num enquadramento diferente. Também não apresentaram as informações técnicas, mas tem sido um costume da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, que como já referiu, não permite avaliar qual o trabalho que, de facto, está por trás destes valores ou a manutenção do mesmo. Pressupõe que haja uma avaliação com base nos relatórios e planos de atividades, que é um bom princípio, e, não há aqui nenhuma impossibilidade de atribuir o subsídio, até porque mudou o enquadramento de um ano para o outro. Se em 2018 e bem, vem enquadrado no regulamento municipal de apoio, este ano, um ano depois, na mesma altura, este enquadramento é feito com base na Lei n.º 75/2013, de uma forma mais genérica.

Refere que o Regulamento é o mecanismo que permite afinar, traduzir critérios e também, colocar estas associações numa posição de justiça em relação às outras que têm de entregar os planos de atividade até ao final de janeiro, portanto, continuam, especificamente, nesta área de trabalho e nas associações que trabalham nestas áreas, a arranjar aqui exceções, sem

nenhuma razão definitiva, inclusivamente, dizendo que não existem pedidos de apoio deste grupo, apenas que não há documentação e que foi apoiado em 2018.

O PS irá votar favoravelmente, como tem feito noutras ocasiões, mas mais uma vez apela o enquadramento no regulamento e se for necessário fazer alguma alteração ao regulamento, que seja feita essa alteração, porque é a única ferramenta que permite ter uma estratégia, perceber a intervenção, que as associações percebam os critérios, porque é que cada um recebe uma determinada verba, enfim, basta inserir isso no regulamento. Neste caso, não há aqui nenhuma injustiça, são favoráveis, obviamente que estes subsídios sejam entregues a estes grupos e associações que trabalham bem.

O **Sr. Presidente** esclarece que as informações técnicas não têm obrigação de acompanhar a proposta, mas cada vez que seja necessário, basta solicitar, depende dos processos, mas não haverá qualquer impedimento de acesso à informação técnica.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 8 – Preço para venda da publicação “80 Anos de Iluminação Pública Elétrica. Palmela 1938. *Finalmente, a Luz!*”.

PROPOSTA N.º DCDJ 03_07-19:

«Assinalando os 80 Anos de Iluminação Pública Elétrica, a Câmara Municipal de Palmela inaugurou, a 18 de maio de 2018 - Dia Internacional dos Museus, a Exposição temporária cujo Catálogo foi agora editado, e onde se sintetiza a memória do Património Elétrico e das fontes de energia que, ao longo dos últimos séculos, alimentaram a iluminação pública e doméstica do Concelho.

A fim de proceder à venda da publicação, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere que o preço de venda ao público seja de € 6,00 (seis euros) por exemplar, com IVA incluído à taxa legal em vigor.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da 24.ª Mostra de Vinhos em Fernando Pó.

PROPOSTA N.º DCTEL 01_07-19:

«A Mostra de Vinhos em Fernando Pó é um dos grandes eventos da região, dedicado à promoção e venda de vinhos e que se realiza no coração da região vitivinícola da Península de Setúbal.

A iniciativa proporciona a ligação dos produtores aos consumidores. Este é um excelente espaço de convívio, onde os clientes mais conhecedores têm a oportunidade de aprender mais sobre esta grande região de vinhos e os seus protagonistas, enquanto provam produtos que não encontram nos circuitos comerciais mais habituais.

O Município de Palmela, no âmbito dos seus objetivos de valorização da produção local e salvaguarda dos produtos tradicionais, apoia a organização da Mostra de Vinhos em Fernando Pó, enquanto importante espaço de promoção e divulgação deste território e dos seus agentes, assegurando apoios logísticos e técnicos num montante estimado na ordem dos € 7.600,00 (sete mil e seiscentos euros), **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u) do nº 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir um apoio financeiro de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, por forma a fazer face às despesas com a organização do evento, que terá lugar nos dias 3, 4 e 5 de maio de 2019, naquela localidade.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da 24.ª Mostra de Vinhos em Fernando Pó numerada DCTEL 01_07-19 intervém:

O **Sr. Presidente** refere que há uma comparticipação financeira e um apoio logístico que, geralmente é sempre muito superior dados investimentos na iluminação elétrica e na divulgação que também vai ser assegurada pela Câmara.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Hasta Pública – Homologação da adjudicação do espaço de venda n.º 6 do Mercado Municipal de Palmela.

PROPOSTA N.º DCTEL 02_07-19:

«Nos termos do artigo 8.º, do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais e para os efeitos previstos no Edital n.º 11/DADO-DAG/2019, decorreu a 28 de fevereiro de 2019, a Hasta Pública para adjudicação na modalidade de arrematação, do espaço de venda n.º 6, do Mercado Municipal de Palmela.

Em conformidade com o Auto exarado pela Comissão nomeada para o efeito, em anexo, foi arrematado o referido espaço de venda, por Rui Pedro Martins Pais Pereira, pelo montante de €

350,00 (trezentos e cinquenta euros), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.

Assim, **propõe-se** nos termos do n.º 3, do artigo 10.º, do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais, a homologação da adjudicação do direito de ocupação do referido espaço de venda ao licitante acima identificado.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 11 – Revisão do Anexo I do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Palmela.

PROPOSTA N.º DAGOT 01_07-19:

«No município de Palmela, como na generalidade do país, a iluminação pública está associada ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão. Este contrato termina em 2021.

Entretanto, a EDP negociou com a Associação dos Municípios Portugueses e vem propondo ao município, desde 2016, que celebre um protocolo para alteração do anexo I associado ao contrato de concessão, o qual estabelece o tipo de focos luminosos considerados correntes, para efeitos de utilização.

No quadro da Área Metropolitana de Lisboa, considerou-se que a celebração deste protocolo seria dispensável e mesmo intempestiva, por estar próximo o fim da atual concessão e o lançamento de concurso para nova concessão, a qual se deverá reger pelo quadro legislativo que entretanto entrou em vigor, nomeadamente pela lei 31/2017, de 31 de maio. Acresce que se considerou a proposta insuficientemente ambiciosa por ainda prever alguma tecnologia ineficiente; onerosa para os municípios para algumas tipologias de luminária; e desvantajosa porque o investimento nas luminárias e colunas concorre para o "plano anual de obras" a que o concessionário está obrigado, deixando assim menor margem para outros investimentos que a autarquia livremente lhe queira exigir. Não obstante, entretanto vários municípios foram aprovando o protocolo em causa.

De facto, apesar destes inconvenientes, dado o período que entretanto decorreu, atualmente o pouco tempo que entretanto falta para o término do contrato de concessão relativiza o impacto das insuficiências antes referidas, valorizando-se antes os aspetos positivos desta alteração do anexo I ao contrato de concessão, nomeadamente a classificação de tecnologia LED como "corrente", tornando-a assim exigível pelo município, e assegurando que a EDP fará a manutenção das 2 325 luminárias Led a instalar na sequência da candidatura efetuada ao

P2020 cujo concurso público para aquisição se encontra a decorrer. Além disso, a EDP apresentou um plano de instalação de luminárias LED o qual, em 2018, foi feito incondicionalmente, tendo sido instaladas no nosso território cerca de 1000 unidades, mas, em 2019, depende desta aprovação.

É de notar que a substituição das atuais luminárias de vapor de sódio ou mercúrio por díodos emissores de luz (abreviadamente LED) garante mais conforto e segurança, devido à maior fiabilidade das luminárias; e garante sobretudo uma importante redução da fatura energética, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista ambiental. Um menor consumo energético reduz a emissão de gases com efeito de estufa, concorrendo assim para a descarbonização e para a maior sustentabilidade ambiental.

Assim, considerando o exposto, **propõe-se** submeter a deliberação da Assembleia Municipal a celebração do protocolo anexo, o qual faz parte integrante da presente proposta, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 2, do artigo 23º, da alínea p) do nº 1, do artigo 25º e da alínea ccc) do nº 1, do artigo 33º, todos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

• **Agradecimento** – O **Sr. Presidente** reitera o agradecimento à Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre – Marquesa II.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca da uma hora e cinquenta e seis minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezanove, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco